Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Defensoria Pública do Estado do Paraná

Ministério Público do Estado do Paraná

Plano Regional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes





Liga foi o nome escolhido para representar o grupo que assumiu o compromisso de elaborar e executar o Plano de Regional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Boqueirão. A palavra remete à ideia de conexão ("ligação"), de alerta ("se liga"), de acolhimento e de proteção ("a gente liga!"), conceitos que permeiam todos aqueles que enfrentam o fenômeno da violência sexual.

A identidade também é composta por ilustrações de heróis de histórias em quadrinhos, estratégia usada para criar uma aproximação com o público infantojuvenil. A intenção é engajar crianças e adolescentes para que se tornem protagonistas de suas histórias e transformem sua própria realidade. Os personagens representam, ainda, as pessoas que, com coragem e profissionalismo, dedicam-se a atender os inúmeros casos de abuso sexual na comunidade.

Os direitos autorais dos personagens foram cedidos pelo artista Andy Fairhurst, ilustrador de grandes estúdios de animações (Marvel, Lucas Film, etc.). Já o nome e a identidade foram concebidos pelo publicitário Gustavo Lima, que se tornou voluntário do projeto. Ambos contribuíram para traduzir os princípios que norteiam o trabalho do grupo. Afinal, "Liga" traz o significado de uma atuação coletiva e integrada, onde todos os "heróis" são igualmente importantes, cada um no seu papel.

"(...) toda realidade está aí, submetida a possibilidade de nossa intervenção nela"

Paulo Freire

Coordenação

Ministério Público do Estado do Paraná
Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro - Promotor de Justiça

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Patrícia Rodrigues Mendes - Defensora Pública
Ana Caroline Teixeira - Defensora Pública

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Fábio Ribeiro Brandão - Juiz de Direito
Giani Maria Moreschi - Juíza de Direito

Assessoria técnica

Ministério Público do Estado do Paraná
Alexandre do Nascimento Pedrozo
Subprocuradoria-Geral de Planejamento (assessor/arquiteto urbanista)

Patrícia dos Santos Lages Prata Lima
Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx (psicóloga)

Rosilene de Fátima Pollis
Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx (assistente social)

Tamires Cristina Vígolo
Unidade de Serviço Social e Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx (assistente social)

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Mariana Araújo Levoratto
Psicóloga

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Claudia Regina Ferreira Silveira Rossetin
Núcleo de Apoio Psicossocial/NAP (psicóloga)
Leandro José Müller
Núcleo de Apoio Psicossocial/NAP (psicólogo)

Participantes

Alana Claudia de Oliveira Moreira Bartelega – Promotoria de Justiça do Boqueirão/ MPPR
Aline de Oliveira – Secretaria Estadual de Saúde/2ª Regional de Saúde Metropolitana
Aline Parmezan de Andrade – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Ana Francisca Ramires – Conselho Tutelar do Boqueirão
Anna Carolina Lucca Sandri – Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região Metropolitana
Ana Maria Lucca Sandri – Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região Metropolitana
Ana Paula Martins Mendes – Secretaria Estadual de Educação
Ariadne Poplade Pereira Alcântara – Fundação de Ação Social/Gerência de Proteção Social Especial/Boqueirão
Barbara Lucia Tiradentes de Souza – CEJUSC/Boqueirão
Bernadete Lauter – Psicóloga Clínica e Coach
Camille Saraiva – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
Carmeli Aparecida de Freitas – Núcleo Regional de Educação/Boqueirão
Catia Regina Kleinke Jede – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba
Catrin Cramer – DIALOGAR - Programa Social de Mediação FamiliarCâmara de Mediação e Arbitragem DIALOGAR
Célia Regina Cattani Perroni – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Daniel de Paula Neves Souza – Colégio Estadual Lúcia Bastos
Daniel Marcos Dipp Silva – Quíron Educação
Daniela kuramoto Nagai – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Danielle de Oliveira Galante de Souza – Núcleo Regional de Educação/Boqueirão
Dayane Aparecida Marchiori de Castro - Núcleo Regional de Educação/Boqueirão/ Secretaria Estadual de Educação
Débora Cristina de Lima Carlet – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Débora Cristina Larcher de Carvalho – Centro de Referência Especializado de Assistência Social/Boqueirão
Diego Henrique da Silva – Parafuso Educomunicação

Dulcine Costa Melo Chicoski – Colégio Estadual Milton Carneiro
Eduarda Mocelin Gusso – Promotoria de Justiça do Boqueirão/MPPR
Faena Pereira Martins – Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx/MPPR
Flavio Adriano Balan – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
Francisco Martins Correia – Guarda Municipal
Hugo Medina – Universidade Federal do Paraná
Isabela Hummelgen – Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região Metropolitana
Jeanine Bertogna – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Jeanny Oliveira – Secretaria Municipal de Educação
Jennifer Tavares – Instituto Desenhando Sorrisos
João Roberto Duarte – Escoteiros
Juara de Almeida Ferreira – Secretaria Estadual de Educação
Julia Cardona Santini – Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região Metropolitana
Juliana Cristina Cordeiro – Parafuso Educomunicação
Kelly Christina Kleinke Jede – Ordem dos Advogados do Brasil
Laudiner Rafael - Defensoria Pública do Estado do Paraná
Leonel Rodrigues – Delegacia do Adolescente
Lia Mara Agapito de Almeida – Conselho Tutelar/Boqueirão
Livia Perisse Baroni Wagner – Secretaria Estadual de Saúde/2ª Regional de Saúde Metropolitana
Luana Ribeiro de Souza – Associação Fênix
Luane Martins Pazine – Recriar/Família e Adoção
Luiz Fernando Cardoso da Silva – Delegacia do Adolescente
Luizene Coimbra Cruzzulini Wizenberg – Secretaria Municipal de Educação
Márcio Roberto – Centro Cultural/Boqueirão
Marco Antonio Cordasco – Colégio Estadual Euzébio da Mota
Maria Cristina Tanaka Arai – Secretaria Municipal de Saúde/Unidade de Saúde Eucaliptos
Maria Elisete Santos Zimmermann – Conselho Tutelar/Boqueirão
Maria Madalena Gaspar – Recriar/Família e Adoção
Maria Tereza Loezer – Pastoral da Criança
Mariolina Aparecida – Pastoral da Criança
Maristela Cardoso Willington – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão

Miriam de Fatima Knopik – OAB/Comissão de Igualdade Racial
Olinda de Godoi Ribeiro – Colégio Estadual Euzébio da Mota
Peri Eugênio de Castro – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba
Ramiro Eugenio Freitas – Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude
Regina Rempel – Instituto Construindo um Lugar Seguro
Rita Egashira Vanzela – Colégio Acesso
Roberta Hofius knaut – Fundação de Ação Social
Rogério Lourenço – Batalhão de Patrulha Escolar
Ronaldo Rodrigues Mello – Colégio Polivalente
Rosana T. Ribeiro – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
Rosane Andrade Torquato – Colégio Estadual Professor José Guimarães
Rosane Beatriz dos Santos – Instituto Construindo um Lugar Seguro
Rosangela Barbosa de Sales – Colégio Estadual Lucia Bastos
Ruth Iunghans Pereira – Diretoria de Proteção Social Especial/Fundação de Ação Social
Samara Feitosa – Fórum das Comunidades/Universidade Federal do Paraná
Samira Ghattas – DIALOGAR - Programa Social de Mediação FamiliarCâmara de Mediação e Arbitragem DIALOGAR
Sandra Mara Mazur – Fundação de Ação Social
Sharlene Teresinha Elias Pizzaia – Colégio Estadual Jayme Canet
Sergio Artur Ferreira Filho – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
Silvia Oliveira Terplak Gutierrez – Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude/Núcleo Boqueirão
Simone Cortiano – Secretaria Municipal de Saúde
Tamires C. De Oliveira – Defensoria Pública do Estado do Paraná
Tania Regina da Rocha Martins – Núcleo Regional de Educação/Boqueirão
Thaís da Costa de Paula – Associação Fênix
Vanderléa Aparecida Santos – Colégio SESI/Boqueirão
Vanessa Rosário – Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude
Vera Lúcia Barletta – Associação Fênix
Veranice Castilho de Souza Marciano – Colégio Estadual Milton Carneiro
Vilmar Soares Constantino – Conselho Tutelar/Boqueirão

Grupos de trabalho - eixos

Eixo 1 - Participação, protagonismo, mobilização e comunicação

Alexandre Do Nascimento Pedrozo – Subprocuradoria-Geral de Planejamento/MPPR
Ana Caroline Teixeira – Defensoria Pública do Estado do Paraná
Cátia Jede – Comtiba e Assoc. Abelhinhas
Cláudia Rossetin - NAP/TJPR/Boqueirão
Dayane Marchiore De Castro - Pedagoga do Núcleo Regional de Educação/SEED/NREC
Eduardo Alfredo De Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Boqueirão/MPPR
Leandro José Müller – NAP/TJPR
Luizene Coimbra Cruzzulini Wizenberg – Secretaria Municipal de Educação
Olinda De Godoi Ribeiro – Colégio Estadual Euzébio da Mota
Patrícia Dos Santos Lages Prata Lima – Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx/MPPR
Peri Eugênio De Castro – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba
Rosilene De Fátima Pollis – Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx/MPPR
Samira Ghattas – DIALOGAR - Programa Social de Mediação Familiar, Câmara de Mediação e Arbitragem
Tamires C. De Oliveira – Defensoria Pública do Estado do Paraná

Eixo 2 - Prevenção

Carmeli de Freitas – Núcleo Regional de Educação de Curitiba
Danielle de Oliveira Galante de Souza – Secretaria Municipal de Educação
Dayane Marchiori de Castro – Núcleo Regional de Educação de Curitiba
Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Boqueirão/MPPR
Hendryo André – Universidade Positivo
Iverson Portella -Relações Institucionais/URBS
Marilise Debastiani Milkevicz – Gerência de Proteção Social Básica - FAS/Boqueirão
Morgana de Oliveira Gonçalves – CRAS Vila Hauer

Olinda de Godoi Ribeiro – Colégio Estadual Euzébio da Mota
Patricia S. Lages Prata Lima – MPPR/CAEx/NATE
Pedro Henrique Romanel - Advogado/URBS
Tamires Cristina Vígolo – MPPR/CAEx/NATE
Tania Regina da Rocha Martins – Secretaria Municipal de Educação

Eixo 3 - Atenção e Pesquisa

Ariadne Poplade Pereira Alcântara – Gerência de Proteção Social Especial - FAS/ Boqueirão
Cláudia Regina Ferreira Silveira Rossetin – NAP/TJPR
Débora Cristina Larcher de Carvalho – CREAS Boqueirão
Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Boqueirão/ MPPR
Jeanine Bertogna – Secretaria Municipal de Saúde/Distrito Sanitário Boqueirão
Leandro José Müller – NAP/TJPR
Mariana Araújo Levoratto – Defensoria Pública do Estado do Paraná
Patrícia dos Santos Lages Prata Lima – Centro de Apoio Técnico à Execução - CAEx/MPPR
Patricia Rodrigues Mendes – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão
Ricardo Alexandre Dias - Administrador Regional do Boqueirão
Samara Feitosa - Fórum das Comunidades - UFPR
Sérgio Artur Ferreira Filho – Psicólogo/NUCRIA
Tamires Cristina Vígolo – MPPR/CAEx/NATE
Thaís da Costa de Paula – Associação Fênix

Eixo 4 - Defesa e responsabilização

Ana Caroline Teixeira – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão
Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Boqueirão/ MPPR
Fábio Ribeiro Brandão - Juiz de Direito/1ª Vara da Infância e Juventude de Curitiba
Mariana Araujo Levoratto – Psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) de Curitiba
Patricia Rodrigues Mendes – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão

Expositores convidados

Maria Cristina Bornancin Cit – Prefeitura de Almirante Tamandaré
Melissa Andréa Anselmo – Ministério Público do Estado do Paraná
Tarcila Santos Teixeira – Ministério Público do Estado do Paraná
Daniel Marcos Dipp Silva – Quíron Educação
Diego Henrique da Silva – Parafuso Educomunicação
Juliana Cristina Cordeiro – Parafuso Educomunicação

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada, o Ministério Público do Paraná teve a grata oportunidade de colaborar, juntamente com a Defensoria Pública e o Poder Judiciário, da tarefa de coordenar e organizar o trabalho desenvolvido.

Felizmente, graças a todos que nos antecederam, a nossa Instituição apresenta uma estrutura que lhe propicia cumprir a sua missão constitucional, primando pela sua independência funcional e, concomitantemente, permitindo-lhe trabalhar pela conquista de credibilidade e legitimidade político-social através de uma atuação efetiva, transparente e ética.

Os desafios institucionais são enormes e, nestes longos anos de carreira, confessamos que esta iniciativa se afigurou como uma das mais ricas e gratificantes. Salientamos, no entanto, que ela somente pôde ser concretizadas graças a competentes servidores do Núcleo de Apoio Técnico Especializado – NATE, do Ministério Público do Paraná.

Pensar a problemática da violência sexual apenas sob a estreita percepção deste Promotor de Justiça teria sido um grave erro.

Nesta empreitada, conhecemos profissionais e pessoas inigualáveis. Ao de longos 12 (doze) longos meses, tivemos a oportunidade de testemunhar e sorver do amplo conhecimento técnico de duas assistentes sociais – Rosilene de Fátima Pollis e Tamires Cristina Vigolo, uma psicóloga – Dra. Patrícia dos Santos Lages Prata Lima, um arquiteto – Alexandre do Nascimento Pedrezo (Subplan), uma administradora – Roberta Granito (Suplan) e duas assessoras jurídicas – Alana Cláudia de Oliveira Moreira Bartelega e Eduarda Mosselim Gusso.

Nominá-los seria o mínimo que poderíamos fazer para reconhecer tanta capacidade e comprometimento. Não mediram esforços e tempo para pensar, organizar e colocar em prática todos os desafios propostos, impregnando de talento e sentimento cada uma das etapas percorridas.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho desenvolvido.

Curitiba, 29 de junho de 2018.

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro

Promotor de Justiça

SUMÁRIO

PARTE A - A CONSTRUÇÃO DO PLANO 15

Apresentação 16

O sistema de justiça do Boqueirão contra violência sexual infanto juvenil 27

Em defesa da eficácia da Política Pública de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Brasil 28

O papel da Defensoria Pública na garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual 35

O poder judiciário e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes 37

A análise epidemiológica da violência sexual no Brasil e em Curitiba 40

Violência sexual infantil: uma perspectiva ampliada 53

Metodologia de trabalho 60

Conhecendo o território do Boqueirão 61

Da Formação do Grupo de trabalho ao nascimento da Liga de Enfrentamento à Violência Sexual do Boqueirão 63

Construção da Identidade da Liga 75

PARTE B - PLANO DE AÇÕES 79

EIXO 01 - PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO 81

AÇÃO 1.1. Mobilizar grupos de jovens para desenvolvimento de projetos artísticos, culturais e educacionais 86

AÇÃO 1.2 Fomentar a atuação dos grêmios estudantis na discussão e no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes 89

AÇÃO 1.3. Promover ciclo de debates com a comunidade da regional 92

AÇÃO 1.4. Realizar ciclo de palestras com pesquisadores de referência na área 95

AÇÃO 1.5 Realizar CONFERÊNCIA LIVRE DO BOQUEIRÃO 97

AÇÃO 1.6 Utilizar tecnologias e ferramentas de comunicação virtual para difundir informações sobre o tema e articular a comunidade da regional 100

EIXO 02 - PREVENÇÃO 102

AÇÃO 2.1. Formar e capacitar profissionais da educação 106

AÇÃO 2.2 Monitorar incidência do tema nos serviços e programas socioassistenciais. 109

AÇÃO 2.3. Realizar campanha midiática em transportes públicos coletivos 112

EIXO 03 - ATENÇÃO E PESQUISA 114

AÇÃO 3.1 Elaboração de proposta para implantação do núcleo de gerenciamento de casos de violência sexual na rede de proteção do Boqueirão 121

AÇÃO 3.2 Formar comissão de monitoramento da implantação da Lei 13.431 de 4 de abril de 2017 124

AÇÃO 3.3. Mapear pesquisas acadêmicas e pesquisadores na área 126

AÇÃO 3.4. Promover a sensibilização e a qualificação de profissionais da rede de proteção para a revelação espontânea 128

AÇÃO 3.5 Mapear as áreas de prostituição na regional do Boqueirão 130

EIXO 04 - RESPONSABILIZAÇÃO 132

AÇÃO 4.1. Sensibilizar e capacitar conselheiros tutelares para a atuação em casos de denúncias ou suspeitas de violência sexual na regional do Boqueirão 134

AÇÃO 4.2 Articular a integração das plataformas dos sistemas de informação do TJPR e MPPR 137

SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES 139

PARTE A

A construção do plano

Apresentação

Em abril de 2017, logo após assumirmos a titularidade da Promotoria de Justiça do Boqueirão, fomos convidados pelo Núcleo Regional de Educação de Curitiba para realizarmos uma capacitação para todos os professores dos vinte (20) Centros de Educação Infantil e escolas de ensino fundamental do município, localizadas nos bairros Hauer, Xaxim, Boqueirão e Alto Boqueirão.

O convite, meio improvisado, ocorria às vésperas do dia 18 de maio, ou seja, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e inseria-se na capacitação anual que deveria ser ofertada pela Secretaria de Educação de Curitiba aos seus servidores.

Coincidentemente, naquela ocasião, figuravam como titulares da Magistratura e da Defensoria Pública da Vara Descentralizada do Boqueirão, os doutores Fábio Ribeiro Brandão e Patrícia Rodrigues Mendes, valorosos profissionais, com nítido perfil e vocação para atuarem perante a Justiça da Infância e Juventude, os quais, como nós, imediatamente aquiesceram ao pedido formulado pelo Município, antevendo a possibilidade de se apresentarem à comunidade para realizarem um trabalho que não se resumiria a usual análise de processos, circunscrita ao limitado ambiente forense.

Para a ocasião, elaboramos a nossa apresentação a partir do estudo de um caso de violência sexual, envolvendo uma situação verídica e recentemente ocorrida na região metropolitana de Curitiba, a fim de ilustrar a complexidade e dificuldade de tratamento do tema, em seus múltiplos aspectos.

O caso não poderia ser mais clássico.

Embora chocante e horroroso tratava-se de mais um caso transgeracional de abuso sexual intrafamiliar, praticado pelo pai contra suas filhas de tenra idade, em que mãe, por já ter sido vítima desta mesma violência, via-se incapacitada de exercer a função protetiva da sua prole.

Iniciamos nossa fala com o propósito claro de fazer com que todos que ali se encontravam começassem a compreender que o tema sob estudo, ou seja, a violência sexual infantojuvenil, já faria parte da nossa vida cotidiana e, inobstante o natural sentimento de horror e repúdio que nos avassala quando nos deparamos com uma situação do gênero, caberia a cada um de nós refletir sobre o papel que nos competiria desempenhar no enfrentamento de casos como aquele ora apresentado.

Ao longo daquela tarde, então, procuramos conversar francamente com todos aqueles profissionais da área da educação, no intuito de sensibilizá-los e revelar-lhes o que normalmente acontece à vítima e seus familiares, posteriormente à narrativa do abuso sexual, seja no âmbito da Rede Protetiva ou do Sistema de Justiça.

Sob este prisma, procuramos "problematizar a questão" e passamos a dialogar com a plateia sobre questões relacionadas: a) aos motivos que usualmente impedem os integrantes da comunidade escolar a identificar os sinais do abuso e proceder à necessária notificação; b) a atuação do Conselho Tutelar; c) aos serviços de saúde e assistência social que são, ou, pelo menos, deveriam ser disponibilizados às vítimas e suas famílias; d) a atuação da Polícia Civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário frente a investigações e processos do gênero e sua difícil resolutividade; e, finalmente, e) ao papel da sociedade civil no combate à violência sexual.

Curiosamente e, para surpresa de todos nós que conduzíamos o estudo de caso, observamos que a grande maioria do público, aceitou, de pronto, as nossas provocações e contribuiu positivamente para o debate, narrando casos já vivenciados, expondo suas dificuldades e perplexidades diante do sistema (rede protetiva e, sobretudo, do Sistema de Justiça) na lida com o tema e assinalando sua imensa vontade de possuírem melhores qualificações e condições de trabalho para dedicarem-se a casos de suspeita de abuso sexual dentro do ambiente escolar.

Naquele dia, então, enxergamos uma imensa e profícua possibilidade de trabalho, com a comunidade do Boqueirão em torno do tema "violência sexual infantojuvenil", não apenas em função da inegável constatação quanto à prática reiterada e constante daquela violência no território, mas, sobretudo, pelo desejo sincero de inúmeros servidores públicos de "assumirem papéis" e contribuírem ativamente para o rompimento do ciclo de violência vivenciado.

A partir deste momento, ousamos pensar em planejar um trabalho diferenciado.

Por que não assumirmos o risco de refletir, conjuntamente, sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na perspectiva da sua implementação dentro do espaço territorial do Boqueirão, envolvendo a sociedade civil e todos os serviços públicos que integrariam a Rede de Proteção e o Sistema de Justiça daquela comunidade?

Cogitávamos, então, de um trabalho desafiador e instigante o qual necessitaria da integração de diversas instituições – Ministério Público, Magistratura e Defensoria Pública – e de diversos Poderes – Executivo e Judiciário. Almejávamos, afinal, criar uma agenda comum de trabalho, com objetivos e prazos claramente estabelecidos, com o propósito de avaliar os impactos locais dos Planos de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes já vigentes no Brasil e, ainda, idealizar e executar ações concretas que pudessem contribuir para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no território do Boqueirão.

Em função da complexidade do tema e da diversidade de formação profissional do grupo, elegemos a qualificação como uma estratégia para alcançarmos o fim almejado e procuramos privilegiar o estudo científico do fenômeno (violência sexual), em suas múltiplas abordagens, contando, sempre, com a expertise e a experiência profissional dos próprios membros do grupo de trabalho e de alguns outros especialistas convidados.

Sempre optamos por trabalhar de forma coletiva e conjunta, privilegiando o protagonismo de todos os servidores públicos (professores, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros, guardas municipais, policiais civis, conselheiros tutelares, administradores, serventuário da justiça, operadores do direito, estagiários), organizações não governamentais com atuação no território e/ou atuações envolvendo o tema, empresários e cidadãos que se dispuseram a dialogar sobre o assunto, expondo suas ideias e a sua própria realidade profissional.

Nesta perspectiva, nos aproximamos dos ensinamentos de Paulo Freire, tão bem pontuados por Antônio Fernando Gouvea, pois visávamos “romper a dissociação entre conhecimento científico e cidadania, observada na tradição sociocultural

dominante, do colonizador, considerando conhecimento, tanto a realidade local – reflexo de um contexto sócio-histórico, concretamente construído por sujeitos reais –, quanto ao processo de produção cultural acadêmica, proposto a partir do diálogo entre saberes, popular e científico, em que a apreensão do conhecimento é construída coletivamente, a partir da análise das contradições vivenciadas na realidade local".

Aprendemos, assim, na teoria e na prática, estudando e fazendo (e re-fazendo), que o trabalho multidisciplinar, quando desenvolvido por profissionais competentes e comprometidos gera conhecimento, resultados, mas, sobretudo, cria vínculos de profundo respeito e reconhecimento do "saber fazer" de todos aqueles se dedicam a uma causa.

Àqueles que se interessarem pela leitura desse nosso trabalho, desejamos que o façam sem a expectativa de encontrarem textos acadêmicos profundos, mas, simplesmente o relato da experiência de um trabalho coletivo e criativo, pensado e sentido, passo a passo, por múltiplos profissionais.

Houve, naturalmente, momentos de embates ideológicos e científicos decorrentes da formação acadêmica e profissional diferenciada dos seus participantes mas, houve, principalmente, inúmeros momentos de descontração e de profundas reflexões, permeados por vários sorrisos e algumas lágrimas, nascidas da lembrança do atendimento de frágeis vítimas e suas sofridas famílias.

Tudo fizemos, com a crença inabalável de que, independentemente da gravidade da violência perpetrada, suas vítimas continuam a existir e viver suas vidas, necessitando, portanto, de atendimentos especializados e variados, não como se suas vidas tivessem acabado, mas, como se precisassem (re)apreender a construir relações sociais de forma saudável, rompendo definitivamente com o ciclo de violência no qual foram inseridas.

Finalmente, não poderíamos deixar de registrar nossos sinceros agradecimentos aos órgãos superiores do Ministério Público do Estado do Paraná e, em especial, à Subprocuradoria-Geral para Assuntos de Planejamento Institucional (Subplan), na pessoa do Procurador de Justiça Marcos Bittencourt Fowler, e da Diretora do

Departamento de Planejamento de Gestão, Sra. Denise Ratmann Arruda Colin, os quais sempre vislumbraram nesta iniciativa uma possibilidade promissora de fomentar o controle social de uma política pública que necessita ser fortalecida.

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro

Promotor de Justiça

Quando o Doutor Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro, eminente Promotor de Justiça atuante na Regional Boqueirão, entrou em meu gabinete e discorreu sobre suas ideias para um grande projeto de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes nos quatro bairros sob nossa responsabilidade, minha primeira reação, confesso, não foi das mais otimistas.

Penso que, talvez, estivesse eu um tanto descrente quanto à efetividade das campanhas nacionais sazonais sobre o tema, com receio de "fazer mais do mesmo", um recorrente equívoco das pessoas de boa vontade, mas carentes de apoio consistente de suas instituições e, como consequência, do devido planejamento. Quiçá, minha primeira leitura tenha partido da constatação de anos de ausência de políticas públicas efetivas em relação ao assunto. Para além disso, acredito, minha percepção preliminar se baseou em particulares experiências de labor no Direito da Criança e do Adolescente, seara que ainda guarda, apesar da luta de muitos, grande distância entre o discurso e a prática. Há, infelizmente, mais retórica do que bons resultados.

Entretanto, com o passar dos dias e algumas reuniões prévias realizadas, pude perceber que estávamos diante de uma proposta completamente diversa de tudo o que até então fora desenvolvido. O espírito do projeto era o já conhecido binômio mobilização-articulação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos, mas trazia um fundamental diferencial: o que se buscava era a sistematização dos saberes e, o que me pareceu o mais importante de tudo, o planejamento das ações, com estabelecimento de metas.

A partir de então, não apenas apoiei a iniciativa, como, com muito honra e satisfação, passei a integrar o grupo de coordenação dos trabalhos, irmanando-me ao Doutor Eduardo e à Doutora Patrícia Rodrigues Mendes, uma Defensora Pública excepcional e que foi entusiasta de primeira hora da ideia.

Em pouco tempo, formou-se uma tríade que, para nós, pareceu natural: Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário juntos, buscando soluções para um problema crônico e que precisa de respostas adequadas e céleres por parte da família, da sociedade e do Estado.

Diversas reuniões, a partir de então, ocorreram, tanto em grupos de trabalho menores quanto a envolver toda a rede de atendimento protetivo, o Sistema de Justiça e variados profissionais e segmentos da sociedade. A cada encontro, o número de participantes aumentava exponencialmente. Todos interessados e comprometidos com a busca por novas formas de enfrentar (e vencer) o abuso e a exploração sexuais de crianças e adolescentes nos bairros do Boqueirão, do Alto Boqueirão, do Hauer e do Xaxim.

A organização dessas reuniões, a cargo de profissionais do Ministério Público do Paraná, culminou com a construção não apenas de um projeto, mas de um plano. O que parecia singelo se tornou algo muito próximo de uma política pública, com a consistência que dela se exige. A Regional Boqueirão ganhou, para além de um exército de defensores de suas crianças e adolescentes, um instrumento que indica o caminho a trilhar, aponta os objetivos estratégicos e as metas a alcançar, bem como prevê os mecanismos de monitoramento e controle de resultados, para futura revisão.

De minha parte, na condição de Juiz de Direito da Infância e da Juventude há tantos anos, professor da matéria na Escola da Magistratura do Paraná e havendo dirigido a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do TJPR por um quadriênio, posso afiançar que nunca antes um grupo de profissionais, tanto do Poder Público quanto da sociedade, realizou algo tão próximo do que prevê a Lei nº 8.069/90, de modo realmente atrelado a uma base territorial e efetivamente próximo da comunidade. Fez-se muito menos teoria do que prática. E é disso que as crianças e os adolescentes precisam.

A iniciativa, destarte, tornou-se consentânea com os propósitos que guiam, atualmente, a Administração do Tribunal de Justiça do Paraná em sua política judiciária de descentralização do atendimento forense, em particular na Capital do Estado. A criação de Varas Descentralizadas, a exemplo do que estabelece o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Regional Boqueirão, tem a finalidade de desenvolver a Justiça Comunitária, esta fundada nos conceitos de articulação de rede, mediação comunitária e educação para direitos, justamente pilares importantes do trabalho que ora se apresenta.

Nesse sentido, verificar que tão importante plano floresce em um dos cinco Fóruns Descentralizados já instalados (além do Boqueirão, há os de Santa Felicidade, CIC, Pinheirinho e Bairro Novo/Sítio Cercado) é consagrador. Mais que isso, é presenciar um duplo acerto: o da busca pela efetividade da política pública de enfrentamento ao abuso e à exploração sexuais de crianças e adolescentes, na comunidade onde estes vivem, e o da adequação do Sistema de Justiça às necessidades dos bairros, eis que as políticas públicas municipais (educação, saúde e assistência social, por exemplo) já estão, há décadas, atreladas às populações das respectivas Administrações Regionais, em Curitiba.

Que o plano seja o início de uma mudança de cultura. Não é fácil trazer efetividade, eficácia e eficiência para a gestão pública. Os governos se sucedem, têm mandatos e, nem sempre, os gestores estão de acordo com relação às políticas executadas por seus antecessores. Além disso, toda e qualquer iniciativa conduzida por muitas mãos, quando não há clareza dos objetivos a atingir e, principalmente, como se fará para alcançá-los, tende ao insucesso. Como já referido, não bastam boas intenções. Faz-se imprescindível planejar, sistematizar, estabelecer objetivos estratégicos e metas, com mecanismos de controle e monitoramento constantes, sob pena de as reuniões sazonais sobre a política pública jamais se tornarem as esperadas conferências de resultados.

O dia 18 de maio de 2018 foi diferente dos demais, ao menos na Regional Boqueirão. Não tenho a menor dúvida disso. Deixa de ser, como em muitos lugares do Brasil, mais uma data de reflexão sobre as mazelas que afligem nossas crianças e nossos adolescentes, neste País de desigualdades, preconceitos, intolerâncias e injustiças. Não foi apenas “uma data”. A partir de agora, há um caminho a percorrer, com previsão clara e segura do que se espera conquistar. Há compromisso e comprometimento. Surge para todos a noção do dever, mas também a consciência de que somente juntos, coordenados e amparados pela Ciência da Gestão Pública, é possível transformar a realidade.

Que os próximos 18 de maio sejam dias menos tristes. Datas para conferência de bons resultados. Ocasiões para que possamos celebrar o atingimento das metas, com redução de indicadores negativos e conscientização da população.

O bom combate já vinha sendo travado. Mas, mesmo para a guerra do bem, é preciso ter estratégia. Que o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Regional Boqueirão seja este importante recurso, um meio de fazer o bem e de evitar (e punir) o mal. As atuais e as futuras gerações merecem esse esforço.

Muito obrigado a cada uma e a cada um que contribuiu para o sucesso dessa empreitada. Trabalho de muitas cabeças, muitas mãos e, sobretudo, de muitos corações. E, em especial, meus agradecimentos aos Doutores Eduardo e Patrícia, profissionais dos mais exemplares que conheci em minha vida, que honram seus cargos e cumprem com muito mais do que os deveres a eles inerentes. Nossa área é assim: quando menos se espera, surgem as surpresas positivas, as boas novidades e as grandes iniciativas. Sinto-me honrado e muitíssimo grato pela oportunidade de conviver com vocês, de compartilhar momentos tão especiais e de participar, de algum modo, da elaboração do plano. Mas devo a cada qual dos colegas muito mais: a renovação de meu espírito para persistir com ainda mais vigor nesta área, sem receio de ser, novamente, surpreendido.

Fábio Ribeiro Brandão

Juiz de Direito

Para cumprir as funções e missão da Defensoria Pública, fundamental se faz o contato constante e direto com a comunidade e com a rede de proteção. Não há atuação na infância que propicie bons resultados e garanta efetividade, que não seja dando voz à comunidade e à rede. A articulação é essencial e tem previsão expressa no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir desta visão e de muita inquietação, decidiu-se juntamente com o juiz Fábio e o promotor Eduardo, iniciar o presente Plano. Com a intenção de sair dos gabinetes e estar em contato com a comunidade local, iniciaram-se uma série de reuniões com a rede que de pronto abraçou o projeto, sendo tão protagonistas (ou mais), que aqueles que tiveram a ideia inicial.

O plano atende previsão expressa do ECA ao tratar das políticas públicas, prevendo como uma das ações: *"Art. 70-A. VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente."*

Além de um espaço de debate e produção de ações para combater a violência, abuso e exploração sexual, o plano tem sido um grande aprendizado. Através dele se pode ver o potencial de mobilização das escolas, da saúde, da assistência social, dos adolescentes, da comunidade, do sistema de justiça, dos conselhos, entre outros atores.

Ainda neste contexto, a metodologia adotada no desenvolvimento do presente projeto possibilitou que as defensoras públicas do Foro Descentralizado do Boqueirão pudessem se capacitar, ao lado de todos os demais integrantes da rede protetiva, para compreender melhor a violência sexual, seus motivos, suas consequências e formas de enfrenta-la. Mais do que isso, todos nós tivemos a oportunidade de nos conscientizar a respeito da imprescindibilidade de agirmos como verdadeira rede de proteção, de forma concertada e conjunta, com vistas a evitar a revitimização e a violência institucional.

Para além da qualificação de todo a rede, o desenvolvimento do plano incluiu a discussão e pactuação de ações com vistas ao enfrentamento da violência sexual con-

tra crianças e adolescentes. Como se verá adiante, não apenas falamos das vítimas em potencial, mas com elas, uma vez que uma das ações foi a realização de conferência livre na Regional do Boqueirão, com a participação de diversos adolescentes. Nesta ocasião, várias foram as contribuições dos adolescentes para este Plano que agora é formalizado.

Essa coesão e harmonia do grupo se dá por uma razão: todos, independentemente da área de atuação, almejam dar um futuro melhor à infância e à juventude no Brasil, zelando pela integridade das crianças se dos adolescentes, cumprindo a determinação contida no art. 4º, do ECA.

Por estas razões, é com muita satisfação que se lança o presente plano, sendo certo que a inquietação não passou e que há muito trabalho à frente, mas que se deu um pequeno, porém importante, passo na proteção integral da criança e do adolescente.

Ana Caroline Teixeira

Defensora Pública

O sistema de justiça do Boqueirão contra violência sexual infanto juvenil

Em defesa da eficácia da Política Pública de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Brasil

O Ministério Público, na qualidade de instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, com atuação na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, do CRFB) tem um importante papel a cumprir no enfrentamento e combate da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no Brasil.

A Constituição Federal e o ordenamento jurídico conferiram-lhe o dever de exercer o controle da política pública de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil vigente, sob a perspectiva jurídica, inspirado na análise dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, do CRFB), cabendo-lhe, ainda, realizar esta fiscalização em um âmbito mais abrangente e democrático, envolvendo agentes públicos e a sociedade como um todo.

Assim, além de realizar uma fiscalização formal da política pública, cumpre-lhe adentrar na análise da eficiência das ações e serviços ofertados à população, fiscalizando o atingimento das metas (indicadores) estabelecidas.

Constitui uma séria preocupação do Ministério Público analisar até em que medida o tema da violência sexual tem sido valorizado pelos agentes políticos e traduzido em ações e serviços públicos, destinados a prevenir a ocorrência do fenômeno, atender a vítima e seus familiares e, por fim, facultar a necessária e eficiente responsabilização dos seus agentes.

Antecipamos que no Brasil, independentemente da gravidade e da atualidade do tema, sentimos uma imensa dificuldade de avançarmos no enfrentamento e combate à violência sexual infantojuvenil, não tendo esta problemática alcançado a visibilidade social e política que mereceria.

A pouca visibilidade do tema, aliás, está diretamente associada à própria natureza desta violência e à ausência de indicadores capazes de refletirem a sua real ocorrência. Neste particular, não podemos deixar de antecipar que todos os estudos e indi-

cadores existentes revelam que o abuso sexual infrafamiliar é a forma de violência sexual mais recorrente em todo o território nacional.

A propósito, esclarecemos que o abuso sexual "*se estabelece sobre uma sólida estrutura composta de sentimentos como culpa, medo da destituição familiar, dependência emocional e financeira, os quais corroboram para a instituição e conservação do segredo, gerando assim um tabu familiar que favorece a reprodução do abuso por anos*", tornando-se possível concluirmos que "*nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social*".[1]

Por consequência, as vítimas ou seus familiares dificilmente revelam espontaneamente a sua ocorrência, dificultando que Rede de Proteção (estabelecimento de ensino e unidades de saúde, principalmente) notifique ou denuncie a sua ocorrência. Ora, a partir do momento em que este ciclo vicioso se estabelece, ou seja, a partir do momento em que a vítima silencia e a Rede de Proteção não identifica os sinais do abusou sexual ocorrido, pouquíssimos casos passam a ser notificados, dando a falsa impressão da pouca incidência desta agressão.

Consequentemente, diante da ausência de dados estáticos numericamente consideráveis, a situação parece controlada e a política pública inicialmente idealizada para combater esta forma de violência não alcança relevância política ou social. Paradoxalmente, a nossa realidade profissional nos revela outro panorama. Não há uma semana sequer na qual não nos deparemos com uma ou várias situações relacionadas à violência sexual infantojuvenil no Boqueirão.

Necessitamos, assim, refletir sobre quais metodologias de trabalho poderão ser adotadas para mensurar a ocorrência deste fenômeno no território, ou, quais ações deverão ser promovidas para que os indicadores hoje existentes (Fichas de Notificações Obrigatórias, especialmente) possam, de fato, propiciar uma melhor compreensão quantitativa e qualitativa da violência sexual efetivamente vivenciada.

A tarefa que nos cabe como Promotores de Justiça está naturalmente relacionada à análise do fenômeno em sua perspectiva jurídica e, neste patamar de compreensão,

---

1 LIMA, Clinaura Maria de Lima. Infância Ferida, os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais, Curitiba: Editora Juruá, 2009, p. 53.

enfatizamos, inicialmente, que sobejam normas jurídicas, a nível constitucional e infraconsticional, que versam sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e estabelecem diretrizes para o seu enfrentamento.

A rigor, todos esses preceitos já sinalizam um inegável avanço civilizatório e, ao mesmo tempo, o anseio de toda sociedade brasileira de conferir relevância ao tema e direcionar a atuação do Estado para o seu embate.

A Constituição Federal, promulgada no ano de 1988, sem dúvida alguma, representou um marco jurídico e civilizatório importantíssimo para o Brasil, a partir do momento em que declarou "*ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, `a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*"[2]

Inaugurou-se, desde então, o princípio da prioridade absoluta das crianças e adolescentes, concebido a partir da percepção de que os nossos jovens devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e, não mais, como simples objeto da tutela alheia, seja da família ou do próprio Estado.

Sob este aspecto, enfatizamos que "*a CF/88 foi um marco, na medida em que provocou uma substancial mudança no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A visão da 'criança-objeto', da 'criança menor', ou seja, a visão higienista e correcional é substituída pela visão da criança como sujeito de direitos. O mais importante nesse movimento, inaugurado pela Criança Constituinte e que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, é a afirmação da universalidade dos direitos da criança. Não se trata mais de categorizar a infância irregular, mas de pensar em toda a diversidade desse público no Brasil*"[3] (introdução, p. 3)

---

2 Art. 227, caput, da CRFB

3 Introdução ao Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Assim, com a promulgação da Constituição Federal, tanto crianças quanto adolescentes passaram a ser percebidos como de fato são, indivíduos em condições peculiares de desenvolvimento, dotados de direitos fundamentais que lhes permitam desenvolver-se adequadamente em seus múltiplos aspectos.

A prática de violência sexual contra crianças e adolescentes, todavia, traduz a negação de todos os preceitos insculpidos na Constituição Federal, pois ofende a dignidade de suas vítimas no seu âmago, implicando na sua completa desconsideração enquanto ser humano.

Em muitas ocasiões, a violência sexual decorre da negligência daqueles que deveriam protegê-los e, invariavelmente, atesta a existência de um tratamento discriminatório e assimétrico do agressor em relação à vítima, no qual o mais forte explora física e psicologicamente o mais fraco para satisfazer a sua lascívia, através de condutas cruéis, violentas e covardes, as quais oprimem e impedem que a criança ou adolescente se oponham ao seu intento criminoso.

Justamente por isto o Poder Constituinte foi expresso em introduzir no texto constitucional o mandamento claro e inequívoco para que o Poder Público reprimisse severamente a violência sexual contra crianças e adolescentes, na modalidade de abuso ou exploração sexual (art. 227, parágrafo 4º).

Passada mais de uma década de vigência da Constituição Federal, no ano 2000, o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no Brasil ganhou força através da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual pelo Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes - CONANDA. A importância deste documento é ímpar, não apenas por ter sido originado no âmbito do mais alto conselho social que versa sobre os interesses da população infantojuvenil do país, mas, principalmente, por ter concebido uma metodologia abrangente e multidisciplinar para o enfrentamento do tema. Este Plano, aliás, serve até hoje como modelo para todas as políticas, programas e serviços que se destinem ao enfrentamento à violência sexual, nas diversas esferas de governo.

Seguindo a linha metodológica ali adotada, constatamos que ele foi estruturado em seis eixos estratégicos (análise de situação; mobilização e articulação; defesa e res-

ponsabilização; atendimento; prevenção; protagonismo infantojuvenil) e atribuiu a órgãos públicos determinados a elaboração de ações concretas para a consecução dos fins almejados.

Assim, no eixo "Análise de Situação" foram estabelecidas ações concretas para viabilizar o conhecimento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisa; no eixo "Mobilização e Articulação" foram criadas estratégias para o fortalecimento das articulações nacionais, regionais e locais de combate e eliminação da violência sexual; no eixo "Defesa e Responsabilização" planejou-se a atualização da legislação sobre crimes sexuais e formas para combater a impunidade e para disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados; no eixo "Atendimento" articularam-se ações para garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados; no eixo "Prevenção" foram elaboradas metas para realização de ações de educação, sensibilização e de autodefesa sobre o tema; e; finalmente, no eixo "Protagonismo Infantojuvenil" foi proposta a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos, notadamente, na execução de politicas de proteção de seus direitos.

A propósito, pontuamos que o CONANDA, ao revisar o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual, teve a clara preocupação de incluir indicadores que viabilizassem o monitoramento das ações elencadas em cada um dos seus eixos estratégicos, com louvável objetivo de romper com a ausência da cultura de avaliação das políticas públicas reinantes no Brasil. Facultou-se, assim, de forma mais pontual e objetiva, fiscalizar a política pública.

Sob outro viés, não podemos deixar de registrar que a partir do ano de 2010, houve a previsão de se fazer interface direta entre o Plano Nacional e as diretrizes do Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, razão pela qual, ao se pensar na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, cogita-se, também, da implementação do Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, cujas ações deverão ser implementadas até o ano de 2020.

Recentemente, o Poder Legislativo voltou a pautar o assunto. Em 2017, houve a edi-

ção da Lei n. 13.431/2017 a qual obrigou o Estado a criar o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) para todas as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência física, psicológica, sexual e/ou institucional.

O avanço legislativo é inequívoco, pois, de forma inédita, o Poder Legislativo preocupou-se de conceituar os diversos tipos de violências praticadas contra crianças e adolescentes (física, psicológica, sexual e institucional), anunciando que no âmbito sexual elas se distinguiriam entre abuso sexual, exploração sexual e tráfico de pessoas para exploração sexual.

A sua principal finalidade, no entanto, está associada à criação do já referido sistema de direitos. As vítimas, por isto, devem ser consideradas como sujeitos de direitos fundamentais sociais, isto é, destinatárias de uma série de ações e serviços públicos especializados, os quais deverão ser implementados pelo Estado para o fim de promover o seu bem-estar, fazer cessar o ciclo de violência sexual e evitar a sua revitimização no âmbito institucional.

A Lei 13.431 elencou quatorze (14) direitos fundamentas de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (art. 5), os quais somente poderão vir a ser adequadamente implementados caso os integrantes do Poder Executivo e Judiciário compreendam a dinâmica de ocorrência desta forma de violência, reconheçam a fragilidade das suas vítimas e reconheçam que possuem um importante papel a cumprir na concretização de cada um dos direitos elencados.

Apenas nesta perspectiva será possível garantir a essas jovens vítimas o direito de: I - receber prioridade absoluta; II - receber tratamento digno e abrangente; III - ter a intimidade e as condições pessoais protegidas; IV - ser protegido contra qualquer tipo de discriminação; V - receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, inclusive sociais, serviços disponíveis, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido; VI - ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões, assim como permanecer em silêncio; VII - receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada; VIII - ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções; IX - ser ouvido em horário que lhe

for mais adequado; X- ter segurança, com avaliação contínua sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência; XI - ser assistido por profissional capacitado e conhecer os profissionais que participam dos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial; XII - ser reparado quando seus direitos forem violados; XIII - conviver em família e em comunidade; XIV - ter as informações prestadas tratadas confidencialmente; XV - prestar declarações em formato adaptado à criança e ao adolescente com deficiência ou em idioma diverso do português.

Resumidamente, após essas poucas linhas, concluímos que o Ministério Público poderá contribuir decisivamente para o combate e enfrentamento da violência sexual. Afinal, se, de um lado, não vislumbremos controvérsia jurídicas que envolvam o tema, de outro lado, compreendemos importante analisar a atuação do Estado para verificar se tem planejado, executado e, sobretudo, monitorado as ações concretamente já estabelecidas para prevenir a ocorrência da violência sexual infantojuvenil, atender as vítimas e suas famílias e, finalmente prover a respectiva responsabilização criminal.

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro
Promotor de Justiça

O papel da Defensoria Pública na garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

A Constituição Federal prevê, em seu art. 134 que cabe à Defensoria Pública, dentre outras funções, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados. Apesar disso, no Estado do Paraná, a Defensoria Pública só veio a ser regulamentada em 2011 e sua implementação no Estado tem se dado de forma lenta.

Considerando os poucos defensores públicos em exercício desde o primeiro concurso, a escolha institucional a respeito das áreas de atuação não poderia ser diferente: em todos os locais em que a Defensoria Pública foi instalada, iniciou-se a atuação na área de infância. Infelizmente, com a evasão de defensores, dois locais deixaram de prestar atendimento nesta área. Felizmente, as demais 16 cidades em que a Defensoria está instalada têm atendimento à crianças e adolescentes, garantindo a prioridade absoluta prevista no art. 227 da Constituição Federal.

Nesta atuação, os casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescente são inúmeros. O trabalho da Defensoria Pública nesses casos é fundamental, seja por que auxilia no esclarecimento dos fatos e identificação dos supostos agressores, seja por que dá voz, processualmente falando, aos envolvidos, especialmente ao núcleo familiar em questão. Nesse sentido, usualmente, as ações para aplicação de medida protetiva são propostas sem que se tenha, ainda, clareza a respeito da ocorrência ou não do abuso e de seu responsável. A partir da atuação da Defensoria Pública, é possível a condução de um processo com ampla defesa e contraditório, o que aumenta as chances de que seja um processo equilibrado e com resultados adequados para as partes, com uma solução que atenda o superior interesse da criança e do adolescente.

O trabalho nestes casos, por sua natureza, acaba por gerar grande incômodo. De um lado, observa-se os efeitos deletérios da violência sexual contra crianças e adolescentes; de outro, é evidente a necessidade de que se aja de forma rápida e eficiente para que os fatos sejam devidamente esclarecidos e os efetivos agressores sejam afastados, garantido o direito à convivência familiar e comunitária das vítimas.

Soma-se a isso a publicação da Lei nº 13.431/2017, com um ano de *vacatio legis*, que obriga toda a rede protetiva e o Sistema de Justiça a repensar a forma como lida com a violência contra crianças e adolescentes. A lei trouxe a necessidade de adoção de um procedimento especial para apuração de violências, bem como previu um tipo de violência que sempre foi conhecida, mas que ainda não estava listada em lei: a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização (art. 4º, IV)

Assim, é papel da Defensoria Pública a defesa dos interesses individuais e coletivos de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados, seja por conduta própria, como no presente caso, seja por ação ou omissão do Estado ou de terceiros.

No que concerne ao papel da Defensoria, a proximidade com os usuários, propiciada pela atuação num Foro Descentralizado como o Boqueirão, garante um atendimento cauteloso e célere, viabilizando que sejam tomadas medidas a fim de garantir que a criança fique no seio de sua família natural ou extensa, mas afastada do suposto agressor.

Ana Caroline Teixeira
Defensora Pública

O poder judiciário e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Apesar de soar um tanto quanto óbvio o dispositivo constitucional mencionado, lamentavelmente nem sempre a primeira e principal entidade responsável pela proteção da criança e do adolescente, qual seja, a família, cumpre adequadamente sua obrigação constitucional, seja pela ausência de proteção efetiva, seja por ser composta pelo próprio agressor.

E nesta condição, devem se manifestar os demais responsáveis pela proteção da criança e do adolescente, ou seja, a sociedade e o Estado. Falhando a família, que é o primeiro mecanismo de proteção da criança e do adolescente, é fundamental a atuação ativa da sociedade e de toda a rede de proteção, denunciando eventuais situações de abuso ou agressão, a fim de que o Poder Público, o Estado, por intermédio dos serviços públicos oferecidos, possa garantir os direitos da criança e do adolescente, protegendo-os e, se for o caso, afastando-os da situação de risco à qual foram expostos, tendo início aqui, a atuação do Poder Judiciário.

Por sua natureza, o Poder Judiciário atua quando provocado, sendo, por este motivo, muito importante a participação ativa da comunidade, porque o agressor somente será responsabilizado e a vítima atendida, se o fato chegar ao conhecimento do Poder Público. É necessária uma aproximação entre a população e o Poder Público.

E neste ponto, o Poder Judiciário do Estado do Paraná, preocupado em estar próximo à população para melhor atendê-la, está criando vários Fóruns Descentralizados, a exemplo do Fórum Descentralizado do Boqueirão, onde são julgadas demandas de família, infância e juventude, além de Juizados Especiais.

Na Vara Descentralizada do Boqueirão não tramitam processos criminais, pois o foco não é a punição do agressor, mas a proteção da vítima. O agressor será julgado em

outras varas especializadas. Já a vítima, é atendida próximo de sua residência, no Fórum Descentralizado, cuja proximidade com os fatos, favorece a apuração do ocorrido e principalmente a proteção da vítima. É a Justiça mais perto e mais acessível à população.

Ocorrendo violação dos direitos da criança ou do adolescente, uma série de medidas devem ser tomadas, sendo, a primeira delas, a interrupção da situação de risco, que pode ocorrer com o abrigamento da criança ou do adolescente, com o afastamento do agressor do lar, ou com outra medida que se mostre adequada e suficiente para fazer cessar a violação dos direitos da criança ou do adolescente.

O abrigamento é medida extrema, porém, algumas vezes, é a única medida capaz de proteger e garantir direitos. Com o abrigamento, passa-se a avaliar as condições familiares da criança ou adolescente, bem como a existência de vínculos afetivos, verificando a possibilidade de retorno à família de origem ou colocação em família substituta, sendo esta mediante concessão de guarda ou destituição do poder familiar e adoção.

Referida avaliação ocorre por meio de uma medida protetiva, que tramita na Vara da Infância e Juventude, no caso da região do Boqueirão, na Vara Descentralizada do Boqueirão. Em tal procedimento, são ouvidos os representantes legais da criança ou do adolescente, eventuais familiares extensos, a rede de proteção e a equipe técnica do Juízo, que conta, atualmente, com dois psicólogos. A criança e o adolescente também podem ser ouvidos em Juízo, no entanto, neste caso, sempre se busca orientação técnica especializada, para evitar que referida oitiva implique ainda mais dano emocional ou psicológico para a vítima. Se, concluída tal avaliação, não se mostrar viável a reintegração familiar da criança ou adolescente, pode o Ministério Público propor ação de destituição do poder familiar, visando, neste caso, futura colocação para adoção, no entanto, em sendo proposta referida ação, o processo não mais tramitará na Vara Descentralizada do Boqueirão, sendo, então, os autos remetidos para uma das duas Varas da Infância, Juventude e Adoção de Curitiba.

Assim, pode-se observar que a violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente pode ensejar a propositura de várias ações Judiciais, entre elas, inicialmente, a medida de proteção, que tramita junto à Vara Descentralizada do Boquei-

rão. Desta medida de proteção, pode originar uma ação de guarda ou tutela, ou até ação de destituição do poder familiar, esta última devendo tramitar em uma das duas Varas da Infância, Juventude e Adoção de Curitiba. Ainda, se a violação dos direitos da criança ou adolescente configurar crime, haverá também a propositura de ação criminal, junto à Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude de Curitiba.

Especificamente em relação ao abuso sexual praticado dentro da própria família, tal fato enseja a propositura de quase todas as ações acima mencionadas, pois a vítima precisa ser afastada do agressor e protegida. Já o agressor responderá pelo crime praticado, na esfera criminal competente.

O crime sexual, por sua natureza, é praticado às escondidas e, quando a vítima é uma criança ou um adolescente, muitas vezes demora chegar ao conhecimento das autoridades competentes, para que providências sejam tomadas, prolongando o sofrimento da vítima e até lhe causando sensação de normalidade da situação.

Por isso a importância da qualificação e preparo dos profissionais da rede de proteção, a fim de identificar, no comportamento da criança e do adolescente, indicativos de eventual violência sexual. Da mesma forma, a discussão do tema com as famílias e com toda a comunidade, desperta a atenção para eventual comportamento incomum das crianças e adolescentes com os quais mantêm contato, possibilitando denúncias e auxílio à vítima, ainda que esta não relate, expressamente, a violência à qual é submetida, pois, de nada adianta a existência do Poder Judiciário, pronto para aplicar a Lei, se o fato violador de direito não lhe chegar ao conhecimento.

Giani Maria Moreschi
Juíza de Direito da Vara Descentralizada do Boqueirão

A análise epidemiológica da violência sexual no Brasil e em Curitiba

Em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, emitiu a Nota Técnica n.º 11, intitulada "Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar), através dos quais os pesquisadores Daniel Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho analisaram os microdados constantes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), ou seja, as fichas de notificação preenchidas nas unidades do Sistema Único de Saúde, relativamente ao ano de 2011.

Este estudo representa um importante marco para compreensão do fenômeno do estupro no Brasil, na medida em que discorreu sobre as origens ideológicas e sociais deste tipo de violência, traçou um perfil das vítimas e de seus agressores, discorreu sobre as circunstâncias em que essa violência ocorreu e, finalmente, apontou quais encaminhamentos eram disponibilizados para as vítimas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A partir de então, o Brasil tem avançado na análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, e, assim, tem se tornado possível identificar características próprias dessa forma de violência, levando-se em consideração o território e época em que são praticadas.

Vale salientar, no entanto, que embora se reconheça a relevância de estatísticas epidemiológicas sobre o tema, ponderamos que elas jamais retrarão a real dimensão do fenômeno. Afinal, diante da própria natureza e circunstância em que esta forma de violência é praticada, a grande maioria dos casos acaba não sendo notificada.

No Brasil, há estudos que indicam que, anualmente, 0,26% da população sofre violência sexual, mas apenas 10% dos casos são notificados[4].

---

4 Segundo Nota 11 do Ipea, pag. 06, "Nos Estados Unidos, segundo Tjaden e Thoennes (2006), 0,2% dos indivíduos sofrem estupro a cada ano (0,3% mulheres e 0,1% homens) e estima-se que a taxa de notificação à polícia seja de 19,1%. No Brasil não foram aplicadas entrevistas em pesquisas especializadas no tema de violência sexual no âmbito nacional., que, por sua natureza e os tabus envolvidos, necessitam de uma metodologia cuidadosa, a fim de que os entrevistados possam reportar verdadeiramente as informações. Contudo, em 2013,o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimação, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou caso de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados á polícia."

Inobstante tal afirmação, a análise epidemiológica da violência sexual infantojuvenil continua sendo relevante, pois espelha um grande esforço dos administradores e agentes públicos de criarem índices aptos a quantificarem e qualificarem a ocorrência desta forma de violência.

A nível nacional, torna-se importante destacar que neste ano de 2018, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde elaborou um estudo específico sobre o assunto, intitulado "Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017".[5]

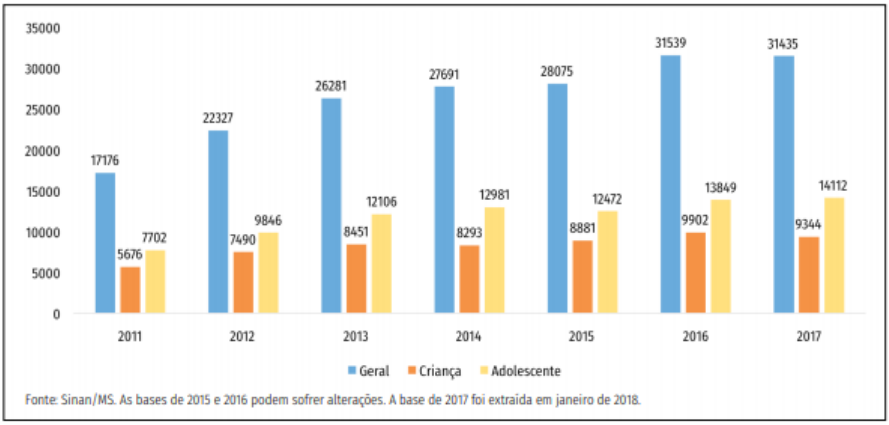
Na visão do Ministério da Saúde, a violência sexual infantojuvenil é considerada um problema de saúde pública e violação de direitos, motivo pelo qual o estudo dos dados registrados em seus sistemas de informação deve servir para: (i) dar visibilidade à violência, revelando sua magnitude, tipologia, gravidade, perfil das pessoas envolvidas, localização e ocorrência e outras características dos eventos"; (ii) conscientizar a população sobre o problema; (iii) fundamentar a proposição de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Analisando-se os dados quantitativos apresentados, concluíram os pesquisadores que ao longo dos anos de 2011 a 2017, 184.524 casos de violência sexual foram registrados, sendo que 76,5% deles envolviam crianças (31,5%) ou adolescentes (45,0%).[6]

---

5 Boletim Epidemiológico 27,/Secretaria de Vigilância em Saude/Ministério da Saude, volume 49/n.27/jun.2018

6 Diante da metologia apresentada no estudo, foram identificadas como crianças os indivíduos com idades entre zero e nove anos e como adolescentes, aqueles entre dez e dezenove anos, conforme convenção elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e adotado pelo Ministério da Saúde.



Número de Notificações de Violência Sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação Brasil, 2011-2017

Importante enfatizar que ao longo dos anos de 2011 e 2017, houve um aumento geral de 83,0% em relação ao número de notificações de violência sexuais realizadas. Vale destacar que em relação às violências perpetradas contra crianças, especificamente, houve um aumento de 64,6% e contra adolescentes, de 83,2%.

No que se refere à identificação do perfil das crianças que foram vítimas de violência sexual, verificou-se que 74,2% delas eram do sexo feminino enquanto 25,8% eram do sexo masculino. Ao decompor a análise desses dados, chegou-se à conclusão que dentre as vítimas do sexo feminino, 51,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 42,9% entre 6 e 9 anos e, dentre as vítimas do sexo masculino, 48,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 48,3% entre 6 e 9 anos.

Características	Criança (n=58.037)[a]					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sim	19.542	33,7	14.562	33,8	4.980	33,2
Não	17.881	30,8	13.111	30,5	4.770	31,8
Ignorado	20.607	35,5	15.361	35,7	5.246	35,0
Local de ocorrência						
Residência	40.154	69,2	30.649	71,2	9.505	63,4
Habitação coletiva	475	0,8	303	0,7	172	1,1
Escola	2.656	4,6	1.588	3,7	1.068	7,1
Local de prática esportiva	185	0,3	89	0,2	96	0,6
Bar ou similar	141	0,2	92	0,2	49	0,3
Via pública	1.809	3,1	1.159	2,7	650	4,3
Comércio/serviços	234	0,4	178	0,4	56	0,4
Indústrias/construção	113	0,2	63	0,1	50	0,3
Outros	4.839	8,3	3.311	7,7	1.528	10,2
Ignorado	7.424	12,8	5.602	13,0	1.822	12,1
Tipo de violência sexual[b]						
Assédio sexual	15.693	24,9	11.973	25,8	3.720	22,6
Estupro	39.000	62,0	28.380	61,0	10.620	64,6
Pornografia infantil	2.048	3,3	1.461	3,1	587	3,6
Exploração sexual	1.836	2,9	1.362	2,9	474	2,9
Outros	4.352	6,9	3.321	7,1	1.031	6,3

a. Foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 62.929 respostas, sendo 46.497 para o sexo feminino e 16.432 para o sexo masculino.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Características da violência sexual contra crianças notificadas no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Quanto ao perfil do suposto autor da violência contra crianças, descortinou-se que em 81,6% dos casos, o agressor era do sexo masculino, sendo que em 37,0% deles haveria vínculo familiar com a vítima e em 27,6%, vínculos de amizade ou conhecimento com a ela ou sua família.

Características	Criança (n=58.037)[a]					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Número de envolvidos						
Um	43.359	74,7	32.534	75,6	10.825	72,2
Dois ou mais	7.180	12,4	4.654	10,8	2.526	16,8
Ignorado	7.491	12,9	5.846	13,6	1.645	11,0
Sexo do autor						
Masculino	47.324	81,6	34.778	80,8	12.546	83,7
Feminino	2.298	4,0	1.728	4,0	570	3,8
Ambos os sexos	1.795	3,1	1.327	3,1	468	3,1
Ignorado	6.613	11,4	5.201	12,1	1.412	9,4
Vínculo do autor com a vítima[b]						
Familiares	20.545	37,0	16.301	39,8	4.244	29,0
Amigos/conhecidos	15.341	27,6	10.148	24,8	5.193	35,4
Desconhecidos	3.639	6,5	2.693	6,6	946	6,5
Outros	16.046	28,9	11.773	28,8	4.273	29,2

a. Foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 55.571 respostas, sendo 40.915 para o sexo feminino e 14.656 para o sexo masculino A categoria "familiares" se refere aos campos pai, mãe, padrasto, madrasta e irmão. A categoria "outros" inclui cuidador, patrão/chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei e outros vínculos.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Características do provável autor da violência sexual contra crianças notificadas no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Atentos às circunstancias em que ocorreram os registros de violência sexual entre as crianças, apurou-se que em 69,2% das notificações, as violências teriam acontecido dentro da própria residência das vítimas e em 33,7% delas teria havido a repetição do ato de violência sexual em outras ocasiões.

Características	Criança (n=58.037)[a]					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sim	19.542	33,7	14.562	33,8	4.980	33,2
Não	17.881	30,8	13.111	30,5	4.770	31,8
Ignorado	20.607	35,5	15.361	35,7	5.246	35,0
Local de ocorrência						
Residência	40.154	69,2	30.649	71,2	9.505	63,4
Habitação coletiva	475	0,8	303	0,7	172	1,1
Escola	2.656	4,6	1.588	3,7	1.068	7,1
Local de prática esportiva	185	0,3	89	0,2	96	0,6
Bar ou similar	141	0,2	92	0,2	49	0,3
Via pública	1.809	3,1	1.159	2,7	650	4,3
Comércio/serviços	234	0,4	178	0,4	56	0,4
Indústrias/construção	113	0,2	63	0,1	50	0,3
Outros	4.839	8,3	3.311	7,7	1.528	10,2
Ignorado	7.424	12,8	5.602	13,0	1.822	12,1
Tipo de violência sexual[b]						
Assédio sexual	15.693	24,9	11.973	25,8	3.720	22,6
Estupro	39.000	62,0	28.380	61,0	10.620	64,6
Pornografia infantil	2.048	3,3	1.461	3,1	587	3,6
Exploração sexual	1.836	2,9	1.362	2,9	474	2,9
Outros	4.352	6,9	3.321	7,1	1.031	6,3

a. Foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 62.929 respostas, sendo 46.497 para o sexo feminino e 16.432 para o sexo masculino.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Características da violência sexual contra crianças notificadas no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017.

Já em análise ao perfil dos adolescentes que foram vítimas de violência sexual, identificou-se que em 92,4% dos casos elas eram do sexo feminino enquanto em 7,6%, do sexo masculino. Ao decompor a análise desses dados, chegou-se à conclusão de que dentre as vítimas do sexo feminino, 67,1% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos e 32,9%, entre 15 e 19 anos, e, dentre as vítimas do sexo masculino, 75,9 % estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos e 24,1% entre 15 e 19 anos.

Características	Adolescente (n=83.068)[a]					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	n	%	n	%	n	%
Idade						
10 a 14	56.320	67,8	51.506	67,1	4.814	75,9
15 a 19	26.740	32,2	25.210	32,9	1.530	24,1
Raça/cor						
Branca	27.014	32,5	24.741	32,3	2.273	35,8
Negra	46.128	55,5	42.961	56,0	3.167	49,9
Amarela	609	0,7	580	0,8	29	0,5
Indígena	928	1,1	899	1,2	29	0,5
Ignorada	8.381	10,1	7.535	9,8	846	13,3
Deficiência/transtorno						
Sim	5.900	7,1	4.820	6,3	1.080	17,0
Não	67.824	81,7	63.460	82,7	4.364	68,8
Não se aplica	24	0,0	20	0,0	4	0,1
Ignorado	9.312	11,2	8.416	11,0	896	14,1
Região de residência						
Norte	18.185	21,9	17.319	22,6	866	13,7
Nordeste	14.716	17,7	13.829	18,0	887	14,0
Sudeste	26.682	32,1	24.081	31,4	2.601	41,0
Sul	15.583	18,8	14.093	18,4	1.490	23,5
Centro-Oeste	7.864	9,5	7.364	9,6	500	7,9
Ignorada	30	-	30	-	-	-

a. Foram identificadas oito adolescentes com sexo ignorado.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Quanto ao perfil do suposto autor da violência sexual contra adolescentes, apurou-se que em 92,4 % dos casos o agressor era do sexo masculino, observando-se a existência de vínculos de amizade ou conhecimento em 27,4% dos casos, a ausência de quaisquer vínculos (autor desconhecido) em 21,8% deles e, finalmente, a constatação de vínculo familiar em 21,3% destas ocorrências.

Características	Adolescente (n=83.068)[a]					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n= 6.344)	
	n	%	n	%	n	%
Número de envolvidos						
Um	65.533	78,9	61.131	79,7	4.402	69,4
Dois ou mais	12.800	15,4	11.435	14,9	1.365	21,5
Ignorado	4.727	5,7	4.150	5,4	577	9,1
Sexo do autor						
Masculino	76.742	92,4	71.224	92,8	5.518	87,0
Feminino	1.227	1,5	1.021	1,3	206	3,2
Ambos os sexos	1.961	2,4	1.773	2,3	188	3,0
Ignorado	3.130	3,8	2.698	3,5	432	6,8
Vínculo do autor com a vítima[b]						
Familiares	17.932	21,3	16.723	21,5	1.209	19,1
Parceiros íntimos	14.389	17,1	14.299	18,4	90	1,4
Amigos/conhecidos	23.049	27,4	20.456	26,3	2.593	41,0
Desconhecidos	18.346	21,8	17.174	22,1	1.172	18,5
Outros	10.372	12,3	9.117	11,7	1.255	19,9

a. Foram identificadas oito adolescentes com sexo ignorado.

b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 84.088 respostas, sendo 77.769 para o sexo feminino e 6.319 para o sexo masculino. A categoria "familiares" se refere aos campos pai, mãe, padrasto, madrasta, irmão e filho. A categoria "parceiros íntimos" se refere aos campos cônjuge, ex-cônjuge, namorado e ex-namorado. A categoria "outros" inclui cuidador, patrão/chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei e outros vínculos.

Características do provável autor da violência sexual contra adolescentes notificadas no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Ponderando-se as circunstancias afetas à prática de violências sexuais contra adolescentes, observou-se que 58,2% dos casos teriam acontecido dentro de residências e em 39,8% do total de casos teria havido a repetição do ato em outras ocasiões.

Características	Adolescente (n=83.068)[a]					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sim	33.030	39,8	30.474	39,7	2.556	40,3
Não	35.859	43,2	33.585	43,8	2.274	35,8
Ignorado	14.171	17,1	12.657	16,5	1.514	23,9
Local de ocorrência						
Residência	48.363	58,2	45.061	58,7	3.302	52,0
Habitação coletiva	715	0,9	563	0,7	152	2,4
Escola	1.149	1,4	889	1,2	260	4,1
Local de prática esportiva	464	0,6	397	0,5	67	1,1
Bar ou similar	772	0,9	730	1,0	42	0,7
Via pública	11.509	13,9	10.783	14,1	726	11,4
Comércio/serviços	1.050	1,3	936	1,2	114	1,8
Indústrias/construção	339	0,4	323	0,4	16	0,3
Outros	9.256	11,1	8.322	10,8	934	14,7
Ignorado	9.443	11,4	8.712	11,4	731	11,5
Tipo de violência sexual[b]						
Assédio sexual	19.121	19,9	17.363	19,6	1.758	23,2
Estupro	67.523	70,4	62.658	70,9	4.865	64,2
Pornografia infantil	1.884	2,0	1.592	1,8	292	3,9
Exploração sexual	3.427	3,6	3.045	3,4	382	5,0
Outros	3.990	4,2	3.709	4,2	281	3,7

a. Foram identificadas oito adolescentes com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 95.945 respostas, sendo 88.367 para o sexo feminino e 7.578 para o sexo masculino.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Características da violência sexual contra adolescentes notificadas no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

No que se refere, especificamente, à realidade da cidade de Curitiba, informamos que ano de 2017, o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Curitiba – COMTIBA apresentou às instâncias governamentais e não governamentais da capital paranaense o "Diagnóstico Social da Infância e Juventude de Curitiba"[7].

7 Januário, Ermelinda Maria Uber. Diagnóstico da realidade social da infância e juventude do município de Curitiba, Ermelinda Maria, Uber Januário, Fátima Mottin, Maria Helena Provenzano. - 1. 3e. - J oinville, SC: Painel Instituto de Pesquisas, 2018. Está no site do município e são 8 volumes, sendo que as informações aqui colhidas estão no vol 3.

Segundo descrito, "*o Diagnóstico Social da Infância e Juventude de Curitiba é um projeto que foi desenvolvido para conhecer a realidade da infância e juventude no município de Curitiba subsidiando o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – COMTIBA e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução de suas políticas e programas*".[8]

Especificamente sobre o tema da violência sexual, infere-se que esta forma de violência foi abordada no volume 03 do Diagnóstico Social, intitulado "O Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade" e identificou o registro de 454 de notificações obrigatórias, em Curitiba, no ano de 2016.

		SESP		CT/CREAS/UAI/OSC		Rede de Proteção	
	Regional	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
1	Bairro Novo	57	12,6%	34	7,5%	79	10,5%
2	Boa Vista	58	12,8%	41	9,0%	61	8,1%
3	Boqueirão	48	10,6%	52	11,4%	55	7,3%
4	Cajuru	41	9,0%	45	9,9%	41	5,5%
5	CIC	51	11,2%	60	13,2%	51	6,8%
6	Portão	32	7,0%	45	9,9%	43	5,7%
7	Matriz	28	6,2%	34	7,5%	17	2,3%
8	Pinheirinho	42	9,3%	40	8,8%	41	5,5%
9	Santa Felicidade	40	8,8%	29	6,4%	31	4,1%
10	Tatuquara	46	10,1%	54	11,8%	55	7,3%
	Outros municípios da RM	1	0,2%	5	1,1%	278	37,0%
	Outros municípios do PR	1	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
	Outros estados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Não informado	9	2,0%	17	3,7%	0	0,0%
	Total	454	100,0%	456	100,0%	752	100,0%

Fonte: SESP/CT/CREAS/UAI/OSC/SINAN (rede de proteção), 2016.
Nota: Em todas as taxas dos municípios da RM e na taxa total da RM adicionou-se a informação PARCIAL para evidenciar que essas taxas foram calculadas com dados apenas da Rede de Proteção de Curitiba, não tendo levantamento de dados e registros próprios de cada município.

Notificações ou registros em Curitiba de violência sexual por Região na faixa etária de 0 a 17 anos

Vale notar que de acordo com os dados apresentados, a Regional do Boqueirão assumiu a terceira colocação em número de ocorrências registradas (48), havendo os pesquisadores se preocupado em categorizar os diversos bairros da capital segundo o nível de violência sexual vivenciado.

8 Site da prefeitura ou site da empresa Painel, aonde está acessível o Diagnóstico.

Em análise às demais tabelas e gráficos apresentados, constatou-se que a maioria das vítimas seriam mulheres (75%), observando-se distinções da prevalência desta violência entre as faixas etárias de 0 a cinco anos, 6 a 11 anos e 12 a 17 anos, segundo o território de moradia de suas vítimas.

	Variáveis	SESP		CT/CREAS/UAI/OSC		Rede de Proteção	
		Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Gênero	Feminino	366	81,0%	319	70,7%	357	75,3%
	Masculino	86	19,0%	99	22,0%	117	24,7%
	Não informado	0	0,0%	33	7,3%	0	0,0%
Faixa etária	De 0 a 5 anos	92	20,4%	96	21,3%	156	32,9%
	De 6 a 11 anos	147	32,5%	139	30,8%	160	33,8%
	De 12 a 17 anos	213	47,1%	170	37,7%	158	33,3%
	Não informado	0	0,0%	46	10,2%	0	0,0%
	Total	452	-	451	10,2%	474	-

Fonte: SESP/ CT/CREAS/UAI/OSC/SINAN (rede de proteção), 2016.

Perfil das vítimas de 0 a 17 residentes em Curitiba de notificações ou registros de violência sexual

	Regional	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		Total	
		Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa
1	Bairro Novo	20	1,5	35	2,4	24	1,5	79	1,8
2	Boa Vista	19	1,1	10	0,5	32	1,5	61	1,0
3	Boqueirão	16	1,1	26	1,5	13	0,7	55	1,1
4	Cajuru	11	0,7	15	0,8	15	0,7	41	0,7
5	CIC	19	1,2	23	1,3	9	0,5	51	0,9
6	Portão	13	1,2	18	1,6	12	0,9	43	1,2
7	Matriz	6	0,6	3	0,3	8	0,7	17	0,6
8	Pinheirinho	18	1,6	13	1,1	10	0,7	41	1,1
9	Santa Felicidade	11	1,0	5	0,4	15	1,1	31	0,9
10	Tatuquara	23	2,7	12	1,2	20	1,9	55	1,9
	Não informado	0	-	0	-	0	-	0	-
		156	1,2	160	1,1	158	1,0	474	1,1

Fonte: SINAN (rede de proteção), 2016

Taxa de notificação ou registros de violência sexual de vítimas de 0 a 17 anos residente em Curitiba por Regional e faixa etária.

A propósito deste último gráfico, consignaram os pesquisadores que "*se as taxas de notificações são altas em uma faixa etária, em outra não na mesma Regional, isso provavelmente pode sinalizar uma invisibilidade ao crime. Logo, ações devem ser tomadas pensando-se na faixa etária de 0 a 17 anos.*"[9]

9 p. 79

Vale consignar que ao se observar os dados relativos às diversas modalidades de violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes, constaram os pesquisadores uma grande predominância do registro de casos de estupro de vulnerável (63,7% ou 59,2%, segundo índice adotado) em comparação com outras práticas de violência sexual, com por exemplo, a exploração sexual. Alertaram, nesse sentido, que *"os poucos casos registrados não podem ser subestimados, mas devem servir de alerta*" para melhor verificação da situação.

Fato	SESP		CT/CREAS/CRAS/UAI /OSC	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Estupro de vulnerável	288	63,7%	267	59,2%
Violência sexual	-	0,0%	57	12,6%
Abuso sexual	-	0,0%	59	13,1%
Importunação ofensiva ao pudor	53	11,7%	-	0,0%
Estupro ou atentado violento ao pudor	44	9,7%	-	0,0%
Exploração sexual e comercial	4	0,9%	15	3,1%
Outros	65	13,9%	53	11,8%
Total	452	100,0%	451	100,0%

Fonte: SESP/CT/CREAS/UAI /OSC, 2016.

Fatos comunicados vítimas de 0 a 17 anos residentes em Curitiba de notificações ou registros de condutas envolvendo violência sexual de crianças e adolescentes.

Oportuno salientar que o Diagnostico apresentado não traçou um perfil dos agressores ou tampouco apontou demais circunstancias em que essas violências teriam sido praticadas.

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro
Promotor de Justiça

Violência sexual infantil: uma perspectiva ampliada

Diante de qualquer problema complexo, difícil, que envolva múltiplas variáveis, ao encontrarmos uma solução simples, esta será, provavelmente, uma solução equivocada e ineficaz. Fenômenos complexos exigem explicações igualmente complexas, sendo que esforços na direção de simplificá-las acabam, geralmente, comprometendo o êxito das tentativas para solucioná-los.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um desses fenômenos. Presente nas sociedades desde tempos muito remotos, a ciência moderna vem se ocupando de estudá-la e compreendê-la há pelo menos um século. Atualmente, tendo em vista todo o conhecimento que se tem acerca do desenvolvimento infantil, reconhece-se a gravidade do problema tanto na esfera do sofrimento individual quanto em termos de coletividade, o que faz com que se multipliquem as iniciativas que visam enfrentar esse problema. Ainda assim, apesar de todos os esforços, parece que a tarefa posta está longe de ser cumprida.

O método cartesiano de recortar o objeto de estudo para melhor compreendê-lo traz riscos relevantes quando tratamos desse tipo de violência. Nesse sentido, há quem acredite que a violência sexual contra crianças seja fruto exclusivamente da psicopatologia de alguns sujeitos que tiveram a má sorte de terem nascido com essa condição. Compreensão simplista que leva a soluções simplistas (e ineficazes) como, por exemplo, a castração química. Contudo, essa explicação - e solução - do problema não levam em consideração uma variável que se encontra presente em quase todas as definições conceituais do fenômeno - as relações de poder a ele inerentes.

É possível falarmos hoje em consenso quanto a esse importante aspecto do fenômeno, qual seja: a assimetria nas relações onde se verifica esse tipo de violência. Não se trata, contudo, apenas de uma questão de potência física; é evidente que um adulto é mais forte que uma criança e tem condições físicas de obrigá-la a algo. Mas, as forças em atuação nos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes são também de outra natureza, invisíveis aos olhos que somente enxergam o evidente.

É como uma peça de teatro. Quando tentamos descrever uma cena, tendemos a nos restringir ao enredo, à narrativa. Não nos damos conta, contudo, de que também faz parte daquela cena a iluminação, a música de fundo, o figurino, a entonação dada

às falas pelos atores. Sem falar em tudo o que acontece nas coxias, nos ensaios. Há ainda a reação da plateia, e o estado emocional dos atores, do diretor...

Uma criança é violentada sexualmente. Esta é a cena principal. Mas desconsiderar todos os outros elementos que viabilizam essa cena - condições psíquicas, relações familiares, situação socioeconômica, valores e crenças culturais - seria o mesmo que tentar ter a experiência de assistir a um espetáculo apenas lendo seu roteiro.

O abuso sexual infantil deve, portanto, ser entendido em ao menos três vertentes: como um problema de saúde pública, como um problema social e como um problema psicológico. Qualquer tentativa de compreensão desse fenômeno que não se esforce em contemplá-lo nessa complexidade estará fadada a um reducionismo limitante no que concerne seu enfrentamento.

Assim, para realizar qualquer tipo de intervenção, seja nos diferentes níveis de prevenção, seja no tratamento das sequelas já instauradas devido à ocorrência da violência, é imprescindível conhecer o fenômeno, abordando suas condições de possibilidade e funcionamento. Trata-se, como já mencionado, de um fenômeno complexo, que envolve tanto aspectos de ordem social e cultural, quanto fatores relacionados à constituição psíquica dos sujeitos - psicopatologias - seja do indivíduo, seja do grupo familiar.

Nesse sentido, mostra-se interessante lançar mão do modelo ecológico proposto por Bronfrenbrenner para uma compreensão mais consistente do fenômeno. Este modelo pressupõe a interação complexa entre fatores de diferentes níveis que culminam numa situação de violência sexual contra uma criança ou um adolescente. O autor desse modelo propõe ao menos 4 esferas que criam as condições de possibilidade para o estabelecimento do fenômeno, são elas:

• **Individual**: fatores biológicos e de histórico pessoal fazem-se presentes, podendo aumentar a probabilidade de um indivíduo se tornar uma vítima ou um perpetrador de violência.

• **Relacional (microssistemas)**: círculos sociais mais próximos ao indivíduo, como parceiros íntimos e familiares. Inclui fatores que aumentam os riscos resultantes de

relacionamentos com estes pares.

• **Comunitário (exossitemas)**: refere-se a contextos comunitários – escolas, locais de trabalho, vizinhanças. Características desses ambientes podem estar associadas a a pessoas que se tornam vítimas ou perpetradoras de violência sexual.

• **Social (macrossistemas)**: nível macrossocial que inclui fatores mais amplos, que influenciam a violência sexual, tais como sistema de crenças religiosas ou culturais, normas sociais e políticas econômicas ou sociais.



Assim, em termos de macrossistema, questões relacionadas às desiguadades de gênero devem ser necessariamente levadas em consideração quando o tema é violência sexual. Ao utilizarmos as lentes da cultura, impossível não nos depararmos com ideologias machistas permeando a problemática da violência sexual infanto-juvenil. Considerando que em todas as estatísticas o número de meninas vítimas é ostensivamente mais elevado que o de meninos, juntamente ao fato de que os autores desse tipo de violência são predominantemente homens, não há como negar a influência da cultura machista e da misoginia na construção e manutenção do fenômeno. Esse sistema de crenças, que por milhares de anos acompanham as sociedades dominadas pelos homens, situa as mulheres em posição de subordinação em relação ao gênero masculino. Essa relação de dominação se faz presente desde a violação em si, até em momentos posteriores, quando, após desvelada a situação, a vítima é invariavelmente posta em condição de dúvida – aconteceu mesmo? Estaria ela mentindo? Será que ela não provocou? – infelizmente, estas não são frases inventadas, mas proferidas repetidamente por quem deveria proteger, e não incorrer na prática de novas violências.

Desconfiar da veracidade do relato de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é quase regra, especialmente quando se trata de meninas. Contudo, os meninos também são vítimas, que se aproximam em vulnerabilidade pelo simples fato de se encontrarem em um momento de desenvolvimento anterior ao dos adultos. Assim, além da questão de gênero, também no âmbito dos macrossistemas, há a questão da infância, que não poupa qualquer um dos gêneros de uma cultura de opressão da infância por parte do mundo adulto. Faz parte de uma cultura adultocêntrica a crença de que a criança deve servir ao adulto, apoiada na ideia de que é um ser inferior a ele. Trata-se, inclusive, de uma convicção comum tanto entre abusadores intrafamiliares como entre os extrafamiliares.

Assim, por vivermos ainda numa sociedade machista e adultocêntrica, a violência sexual contra a criança e adolescentes encontra-se fortemente permeada por dispositivos inerentes a essas duas ideologias.

Mantendo-nos à luz da teoria ecológica, em termos de exo e microssistemas, temos as relações comunitárias mais próximas e as relações familiares, respectivamente. O estudo destas últimas é de grande interesse por todos que pesquisam ou trabalham com o tema, dado que na maior parte dos casos a violência sexual ocorre no interior das famílias. *Famílias incestogênicas*, *clima incestuoso*, *transgeracionalidade* – estes são termos recorrentes na literatura especializada, que busca revelar as dinâmicas em movimento nos grupos familiares que não foram bem sucedidos na imposição de uma lei civilizatória fundamental como a interdição do incesto. Tais estudos revelam que a violência sexual intrafamiliar diz respeito não apenas a uma dupla – agressor e vítima – mas a uma imbricada dinâmica que, comumente, envolve outros atores, que de uma forma ou de outra participam da situação de violência instalada.

Por fim, temos os sujeitos, tanto os que sofrem quanto os que infligem a violência. Embebidos por todo esse caldo cultural e relacional; desejos, fantasias e comportamentos disfuncionais se revelam, resultando em profundo sofrimento e graves sequelas psíquicas, especialmente para as crianças e adolescentes que figuram como vítimas na situação. As pesquisas e estudos na área da Psicologia vêm avançando e produzindo conhecimento cada vez mais consistente nessa temática. Com relação

aos agressores, a busca é por compreender de que modo possíveis psicopatologias – em especial, o transtorno pedofílico - se relacionam com ideologias do seu macrossitema, tecendo uma combinação produtora de tão perversa violência.

Contudo as investigações científicas com foco nas vítimas ainda são prevalentes se comparadas àquelas que têm como foco os autores da violência. Fatores de vulnerabilidade, impactos e consequências da violência, psicologia do testemunho, possibilidades de intervenção e reparação, são algumas dentre as diversas áreas de pesquisa que vêm contribuindo para o enfrentamento do fenômeno.

No que se refere a indicadores comportamentais da ocorrência da violência, não é difícil encontrar na literatura específica um extenso rol de consequências do abuso para a vítima; no entanto, são sintomas que são facilmente encontrados em outras circunstâncias, o que torna bastante difícil para os profissionais e rede de proteção utilizá-los como sinalizadores confiáveis da ocorrência da violência. Não há correlações diretas entre um dado comportamento ou sintoma que indique claramente a existência de uma situação de abuso sexual. Além disso, cada sujeito é único em sua forma de lidar psiquicamente com um mesmo evento, sendo que muitos parecem conviver com a situação sem demonstrar o quanto esta verdadeiramente o afeta. Por outro lado, já se tem claro que algumas condições encontram-se diretamente relacionadas à ocorrência e ao impacto do dano psíquico decorrente da violência sofrida. São alguns desses fatores: o tempo de duração da situação de abuso – em média, as crianças levam em torno de um ano para revelar sua ocorrência; o grau de violência utilizada ou mesmo a ocorrência de ameaça de violência; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que o sofreu; a existência de laços efetivos entre sujeito abusador e abusado; grau de segredo estabelecido em torno da situação; a idade de início do abuso – quanto mais nova a criança, pior é o prognóstico; e, por fim, a presença ou não de figuras parentais protetoras.

Quanto à última condição listada, é importante destacar o crescente interesse dos pesquisadores acerca das reações maternas frente a uma revelação de violência sexual. Tem sido demonstrado empiricamente que reações de apoio e de crédito no relato da criança são cruciais para uma evolução positiva e elaboração da situação traumática. Por outro lado, a falta de uma ação protetiva frente a uma revelação de

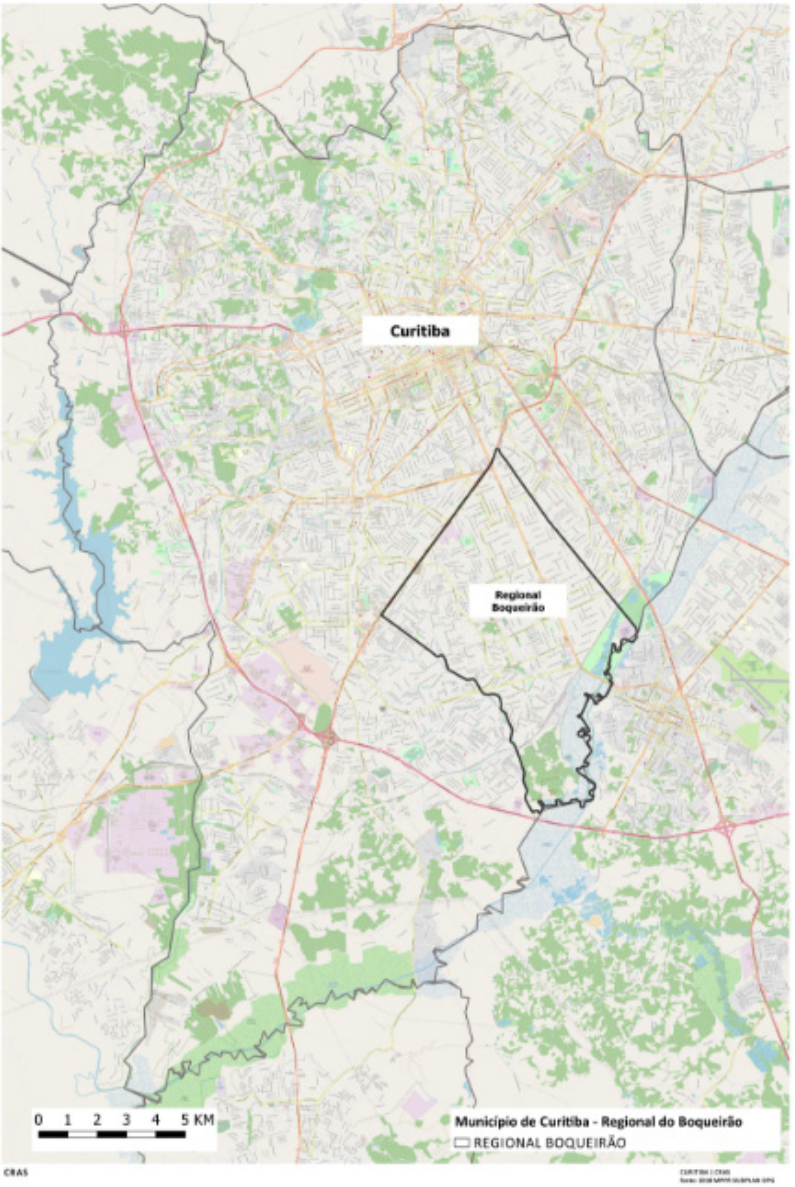
abuso causa sentimentos de desamparo na vítima, provocando nesta sentimentos de culpa e crenças equivocadas acerca de sua responsabilidade pelo ato.

Apesar desses estudos dizerem respeito à atitude materna, podemos ampliar esse entendimento para todos aqueles de quem se espera alguma ação no sentido de proteção das vítimas – atores na área da Justiça, da Segurança Pública, da Educação, da Sáude, da Assistência Social. Ou seja, frente a uma revelação como essa, as atitudes de todos também vão contribuir para o fortalecimento ou enfraquecimento da resiliência daquele que sofreu uma violência tão grave. E para que os atendimentos, em todos os níveis, sejam adequados, acolhedores e promissores em termos de efetividade, é imprescindível que todos estes agentes protetivos compartilhem de uma visão abrangente da problemática, dado que o sucesso de qualquer ação de combate à violência sexual infantil depende de um engajamento lúcido, integral e empático daqueles que se propõem a realizá-las.

Patrícia dos Santos Lages Prata Lima
Unidade de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia/NATE/CAEx/MPPR

Metodologia de trabalho

Conhecendo o território do Boqueirão



Regional do Boqueirão

Regional Boqueirão está localizada ao sul da cidade de Curitiba, fazendo divisa com São José dos Pinhais, abrangendo uma área total de 3. 980,66 hectares, implicando em 9,2% da totalidade do território do município. A Regional é composta por quatro bairros, sendo eles (em ordem decrescente quanto à extensão territorial): Boqueirão, Alto Boqueirão, Xaxim e Hauer.

No que se refere aos indicadores populacionais, segundo dados do Censo de 2010, a Regional tem 197.346 habitantes, o que vem a corresponder a 11,26% da população total do município de Curitiba. Os quatro bairros, quanto ao número de habitantes, apresentam-se da seguinte maneira (em ordem decrescente): Boqueirão, Xaxim, Alto Boqueirão e Hauer. O bairro Xaxim é o que apresenta maior densidade demográfica, seguido por Boqueirão, Alto Boqueirão e Hauer.

Quanto aos indicadores etários, constata-se tendência de diminuição do percentual de crianças e jovens entre a população geral. No entanto, a população mais jovem (0 a 29 anos) ainda representa 47,06% da população total. Há 41.297 crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos (15.229 crianças com idade entre 0 e 5 anos; 13.894 entre 6 e 10 anos; e 12.174 crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos) e 51.601 adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos de idade.

No âmbito da Educação, o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - apresenta desempenho decrescente das escolas da Regional Boqueirão: cinco escolas não atingiram a meta para 2011, sendo que esse número era de apenas uma escola em 2009. A Regional Boqueirão possui 138 equipamentos de educação, sendo 66 creches e pré-escolas, 2 escolas de educação especial municipais e 63 escolas de ensino fundamental (38 públicas e 25 particulares). A Regional ainda conta com 2 unidades de educação integral e 3 faculdades particulares.

Quanto à caracterização econômica, se comparada com a distribuição das classes de renda de Curitiba, a Regional Boqueirão apresenta predominância das classes com menor poder aquisitivo, observando-se uma maior concentração (cerca de 84%) nas classes de renda de até 3 SM (salário mínimo vigente em 2010 de R$ 510,00).

Fernando dos Santos Pereira Vecchio

Psicólogo – CAEx MPPR

Da Formação do Grupo de trabalho ao nascimento da Liga de Enfrentamento à Violência Sexual do Boqueirão.

O trabalho realizado na Regional do Boqueirão e que vem se fortalecendo há mais de um ano foi balizado na compreensão de que quem pode transformar verdadeiramente uma realidade são os sujeitos nela inseridos. Partindo desta certeza, os caminhos traçados para se chegar à elaboração do "Plano Regional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Boqueirão" foram sendo construídos no próprio percurso e em respeito às decisões coletivas do Grupo/LIGA como um todo.

Antes de descrevermos o caminho percorrido na Regional do Boqueirão destacamos alguns princípios que nortearam a construção deste trabalho:

A. Historicidade: a realidade é construída e transformada historicamente pelos sujeitos inseridos nela. Ancorados neste princípio, buscamos construir uma nova realidade com base naquela já existente, reconhecendo os esforços daqueles que atuam comprometidamente na área da infância e juventude e a rede de serviços consolidada até o presente. Por isso o ponto de partida foi a escuta da trajetória de cada um, os avanços alcançados nas décadas pós-ECA pela atuação comprometida de profissionais, lideranças, pesquisadores, militantes e tantos outros, do território e para além dele. Mas tem-se ciência de que a realidade se faz e refaz continuamente e que, mesmo com o árduo trabalho já realizado por muitos, é ainda necessário avançar, em um andar permanente na busca da transformação da realidade.

B. Concreticidade: a teorização sobre a realidade e a construção de ideias deve resultar em ações concretizáveis, em um movimento permanente de ação-reflexão-ação. A concretude das ações foi uma preocupação sempre presente na LIGA Boqueirão, sendo reiteradamente lembrada a diretriz de "fazer o que podemos, com o que temos". Por isso as propostas debatidas tiveram o recorte do território, mas tendo a compreensão de que as discussões locais não podem ser deslocadas da realidade mais ampla do município e do estado. Foi neste sentido também que foram envolvidas pessoas atuantes na temática fora do território do Boqueirão, embora a centralidade tenha se dado nesta localidade.

C. Territorialidade: é na proximidade entre os sujeitos que se constroem redes vivas de atuação. Delimitamos a abrangência da ação com base na estrutura já existente do Sistema de Justiça do território onde surgiu a demanda: os bairros compreendidos pelo Fórum Descentralizado do Boqueirão. Embora saibamos que a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes vai além dos limites desta região, avaliamos que delimitar propostas de ação nesta abrangência territorial regional possibilitaria um trabalho mais frutífero, pois viabilizaria a aproximação, o encontro periódico dos vários atores da localidade, de modo que todos se conhecessem. Por esta aproximação mensal entre os agentes locais, reduz-se o desconhecimento sobre o trabalho realizado pelo outro. A atuação territorializada permite também que os sujeitos se identifiquem diretamente com aquilo que é debatido, proposto e construído, porque conseguem vislumbrar mais claramente quais mudanças incidirão em seu cotidiano.

D. Dialogicidade: a participação horizontalizada que estreita laços e compromissos aproximando pessoas de diferentes extratos e níveis de responsabilidade social, torna-se factível pelo uso democratizado da palavra, fio condutor do diálogo. Nos trabalhos da LIGA Boqueirão, de modo persistente e recorrente foi estimulada, provocada e valorada a fala que expressa opiniões, argumentos, na mesma medida que as afinidades, sentimentos. A participação dialogada oportuniza a todos os participantes de atividade em grupo, tempo e meios para a fala que anuncia e, denuncia se preciso. Por sua vez, a mesma palavra que serve à argumentação, expõe/identifica/apresenta a quem a pronuncia. No diálogo estabelecido com as diversas falas, firma-se o compromisso com a causa que une, liga, reúne. O diálogo por vozes de uma mesma intencionalidade levou a um 'pacto' entre os participantes da LIGA Boqueirão: enfrentar regionalmente a violência sexual contra meninos e meninas, de voz, por vezes, calada e inaudível.

E. Sentido de pertença: Estar e permanecer, assinando lista de presença que informa ter comparecido a dada agenda pública pré estabelecida por autoridades do Sistema de Justiça, pode causar uma falsa impressão de adesão e entrega compromissada a atividades que exigirão tempo e dedicação futura. Por esta razão, um dos pilares e desafios do trabalho em grupo é despertar dentre os participantes o sentido de pertencer, fazer parte e sentir-se aceito em algo que é relevante. Enquanto a

fala age como propulsora do diálogo, o sentido de pertença imprime à participação este desejo em compor, sem isenção ou indiferença nos feitos que passam a ter a marca identitária de todos.

F. Interinstitucionalidade/intersetorialidade: assegurar a proteção integral da criança e do adolescente implica na necessidade de atuação articulada entre as várias instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. A LIGA Boqueirão se consolidou com essa clareza de que a efetividade do trabalho de um serviço/profissional depende igualmente da atuação dos demais. E mais do que isso, depende também do caminho percorrido pela vítima entre um atendimento e outro. Assim é que, desde o início do trabalho buscamos somar participantes das várias esferas, políticas setoriais e áreas de atuação relacionadas à infância e juventude, de forma a construir uma atuação articulada para a proteção e defesa das crianças e adolescentes.

G. Interdisciplinaridade: no atual modelo de construção do conhecimento fragmentado em especialidades, o olhar das diferentes áreas do saber acerca de um fenômeno contribui para uma percepção de totalidade sobre o mesmo. Neste sentido, compreendemos que o processo foi extremamente rico por associar os diferentes saberes e trajetórias, sem sobreposições, partilhando no mesmo espaço pontos de vista diversos, advindos de operadores do direito, educadores, psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, conselheiros tutelares e de direitos, e militantes em várias áreas afetas à cidadania, direitos humanos e proteção de crianças e adolescentes.

H. Planejamento participativo: a "(...) participação no planejamento participativo inclui distribuição de poder, inclui possibilidade de decidir na construção não apenas do 'como' ou do 'com que' fazer, mas também do 'o que' e do 'para que' fazer" (Gandin, 2001, p.88)[10]. Estes princípios do planejamento participativo, adotados em todo o processo, foram fundamentais para o êxito do trabalho realizado, pois buscamos garantir a horizontalidade entre todos os participantes nas discussões e na distribuição de responsabilidades, respeitamos as decisões coletivas firmadas nos encontros

10 GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem fronteiras, v.1, n.1, p. 81-95, 2001.

da LIGA, consideramos os recursos e condições objetivas que os envolvidos possuem para concretizar as ações planejadas e retomamos a todo momento "por quem/para que" cada um decidiu se envolver nessa empreitada.

I. Ações coletivas: é no coletivo que se potencializam as condições de transformação da realidade. "Pensar coletivamente é diferente de pensar para alguém, ou para um grupo. A ação transformadora da realidade só é possível a partir das descobertas coletivas" (CARNEIRO, 2006, p. 25)[11]. Com base neste princípio as ações foram pensadas e serão executadas coletivamente, conjugando o que cada um tem e se dispõe a contribuir para com o todo.

J. Qualificação permanente: reconhecemos os homens como "seres que estão *sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em* e *com* uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada[12]" (FREIRE, 1987, p. 42). Partindo da compreensão do inacabamento que nos caracteriza, independentemente do grau de formação de que dispomos, e cientes da dinamicidade própria da realidade, zelamos para que cada encontro do Grupo propiciasse a partilha de conteúdos teórico-práticos sobre a temática da violência sexual.

K. Amorosidade: "se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo" (ibid, p. 45). Os protagonistas desta trajetória que perdura há mais de um ano se engajaram e nela permaneceram por suas atitudes de amorosidade para com o mundo, com o ser humano, com as crianças e adolescentes. Por isso desde o início os sujeitos foram convidados a participar do trabalho, e não convocados. Da mesma forma que, a cada encontro, os participantes foram cuidadosamente acolhidos, tendo suas trajetórias compartilhadas e reconhecidas dentre os demais. Houve choros e abraços, luzes e sombras, silêncios e angústias que, compartilhadas, animaram até os mais céticos no fortalecer de vínculos face ao mesmo objetivo: proteger meninos e meninas que moram logo ali, ao lado. Cada um que passou pela LIGA Boqueirão, teceu linhas e adendos ao Plano regional, marcando-o com seu traço e lastro de humanidade, fosse apoiando, de modo presencial ou

---

11 CARNEIRO, Gisele. **A Pedagogia de Paulo Freire:** Uma Pedagogia Humanizadora. Talher Paraná, Sindipetro – PR/SC, AEC, Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed., 1987.

virtual, participando de perto ou longe.

Os princípios acima apresentados nortearam todo o processo de construção do presente Plano, que teve como principal objetivo desencadear o protagonismo da Regional do Boqueirão no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Partindo do exposto, a seguir descrevemos o processo realizado para a construção do Plano.

A iniciativa surgiu em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – 18 de Maio – quando as autoridades das três instituições que compõem o Sistema de Justiça na Regional Boqueirão (Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Defensora Pública), valeram-se do calendário de reflexões sobre a violência sexual infantojuvenil, pautando no território uma reunião ampliada da rede municipal de proteção. Nesta oportunidade, apresentaram suas preocupações com a incidência do fenômeno na Regional, propondo aos presentes participarem da elaboração e execução coletiva de um Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no território.

Desde então, motivados e co-partícipes, educadores e diretores de escolas, conselheiros tutelares, trabalhadores da saúde, assistência social, segurança pública, CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), NUCRIA (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente - Vítimas de Crimes), entre tantos outros, aderiram ao proposto e passaram a compor o Grupo de Trabalho (GT) do Boqueirão para a construção do referido Plano.

Em apoio ao proposto pelo Promotor de Justiça, Defensora Pública e Juíz de Direito, foi designada equipe de profissionais de Serviço Social, Psicologia e Arquitetura/Urbanismo do MPPR para o assessoramento técnico à iniciativa, sendo os setores intervenientes: Centro de Apoio Técnico à Execução – Núcleo de Apoio Técnico Especializado (CAEx/NATE) e Subprocuradoria Geral de Planejamento (SUBPLAN). No decorrer do processo a assessoria técnica também contou com o apoio de profissionais da Defensoria Pública e, sobretudo, do Núcleo de Apoio Psicossocial (NAP) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) do Fórum Descentralizado do Boqueirão. Os trabalhos eram previamente programados pela equipe de assessoria, em coesão com as intenções das autoridades do Sistema de Justiça, representadas

pelo Promotor de Justiça, e de acordo com os combinados firmados entre os participantes do GT.

Em 29 de junho 2017 foi realizada a 1ª reunião na Regional do Boqueirão já com a pretensão de construção do Plano Regional. A mobilização ocorreu por diversas estratégias, entre as quais: ofício-convite (e não convocação) pelas autoridades do Sistema de Justiça, contatos por telefone, *whatsapp* e visitas às instituições e organizações de referência no atendimento às vítimas de violência[13]. Nesta ocasião foi apresentada carta-proposta de elaboração do Plano Regional com o cronograma de 10 (dez) encontros a serem realizados no período de junho de 2017 a junho de 2018.

Decidimos pela alternância nos locais das reuniões, sendo indicados pelos participantes do GT os mais viáveis, desde que fossem equipamentos instalados na região. Com isso foram reconhecidos serviços que atendem a população infantojuvenil na regional. Também resultou desta estratégia o compartilhamento gradativo de responsabilidades no grupo, pois o anfitrião do local se comprometia em receber os participantes em ambiente acolhedor.

Um marco na identidade do grupo foi o vínculo e a trajetória compromissada dos participantes com a temática. Na medida em que se aproximaram e compuseram o GT, falavam de si e de sua história na atuação com o fenômeno da violência sexual. A partir das falas, os participantes se distribuíram em três núcleos de representação organizados pela equipe de assessoria: 1. Segmento de trabalhadores em órgãos públicos na região, compondo ou não a rede protetora da infância e juventude; 2. Segmento de autoridades e equipe técnica de atuação no Sistema de Justiça, Conselhos Tutelares e de Direitos, NUCRIA e afins; 3. Segmento com sujeitos coletivos de inserção em instituições privadas, Associações, ONG's, movimentos sociais, projetos especiais e, ainda, pesquisadores, acadêmicos, empreendedores e docentes em faculdades e universidades.

---

13 Algumas das instituições e organizações visitadas e contatos estabelecidos para somar esforços foram: Associação FÊNIX, Associação Pequeno Príncipe (Dedica), Centro Marista (Defenda-se), docentes da UFPR, Quíron: Escola de Empreendedorismo e inovação, Jornalistas de Educomunicação: Parafuso, conselheiros e ex-conselheiros tutelares e de direitos, participantes de obras e movimentos sociais, ONGs, entre outros.

Mais relevante do que se apresentar pelo nome e instituição, objetivou-se a adesão dos participantes enquanto sujeitos comprometidos com a causa, que ergueram suas mãos simbolicamente em sinal de "estou disposto", em resposta às palavras-chave: vontade e afinidade. Idênticas manifestações de interesse e compromisso serviram para lembrar e acentuar o pacto assumido em momentos posteriores: "em nome de quem" e o "porquê" que cada um decidiu intervir na violência existente na localidade.

Nos 10 (dez) encontros foi possível observar a participação qualitativa dos representantes de diversas organizações e instituições – públicas e privadas –, residentes na região ou atuantes na temática. Em média, 40 (quarenta) pessoas participaram assiduamente da agenda mensal, desafiando a equipe de coordenação e assessoria a acolher e situar os novos participantes que se integravam a cada encontro, de modo a garantir a continuidade dos combinados definidos coletivamente em momentos anteriores.

Para tanto, a opção metodológica dotou os 10 (dez) encontros do GT da mesma estrutura de programação/pauta: 1. Acolhida; 2. Momento de formação sobre o tema; 3. Construção de etapa do Plano Regional; 4. Encaminhamentos; 5. Fechamento. Mas, ainda que fossem planejados esses tópicos, comuns a todos os encontros, por vezes a condução programada fora vencida pela dinâmica e organicidade do Grupo, sendo necessário flexibilizar a pauta e o tempo para a acolhida àqueles que se somavam para atuar na causa.

Entre as estratégias que contribuíram para a ampla participação, destaca-se desde o zelo com o ambiente e a acolhida dos presentes com café da manhã, até o rol de técnicas de sensibilização aplicadas a cada encontro, com o uso de recursos audiovisuais como músicas, vídeos curtos, poesias, conteúdo impresso individualizado, catálogo de fotos, cartazes, entre outros. Além disso, enfatiza-se a estratégia de convidar uma pessoa com trajetória de atuação e estudo no tema da violência sexual contra crianças e adolescentes (do próprio GT ou convidados externos), a fim de proporcionar a todos os participantes momentos de formação no assunto. Essas estratégias contribuíram para o estabelecimento de uma "conectividade" entre os participantes do GT, que foram se envolvendo gradativamente a cada encontro.

Para manter uma comunicação fluida entre todos os participantes, valemo-nos de ferramentas eletrônicas. A partir das listas de presença preenchidas em todas as atividades foram obtidos os meios para contato com os participantes do GT (nome, instituição, atuação, *e-mail*, telefone/*whatsapp*). Por meio destes, foi possível, por exemplo, a criação de grupos por *whatsapp* que facilitaram a comunicação de forma dinâmica. Outro recurso utilizado foi o formulário eletrônico, em ferramenta do *googleforms*[14].

A partir do GT-3, em que já estavam reunidos os principais agentes do território compromissados em impactar a violência sexual na Região e observando que o número de participantes era incompatível com a metodologia de participação horizontalizada, definiu-se pela composição de 4 (quatro) subgrupos, os quais foram compostos respeitando a escolha espontânea de cada um segundo sua identidade e trajetória de atuação. Buscou-se garantir também uma composição proporcional no número de participantes nos quatro eixos /subgrupos.

Atentos à representação e identidade na formação/atuação e/ou vínculo institucional, bem como o engajamento sociopolítico dos participantes no GT, consideramos necessário agrupar 2 (dois) dos 6 (seis) eixos do "Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes". Portanto, os 4 (quatro) eixos do Plano Regional do Boqueirão restaram assim organizados: 1) Comunicação, Mobilização Social, Protagonismo e Participação; 2) Prevenção; 3) Atenção e Pesquisa; 4) Defesa e Responsabilização.

Nesta fase, a metodologia de trabalho passou a ter 2 (dois) momentos distintos: o GT (ampliado) mensal com todos os integrantes do Grupo e os 4 (quatro) subgrupos por eixo. O GT ampliado passou a se estruturar da seguinte forma: após a acolhida, era introduzido o tema de um dos Eixos dos subgrupos (na sequência de 1 a 4), onde um membro do GT ou convidado externo abordava conceitualmente questões

14 Previamente ao GT-4 fez-se consulta de opinião/sugestões aos integrantes do Grupo quanto às propostas preliminares para as ações que comporiam o Plano Regional. Para o GT-10 foram encaminhadas perguntas para avaliação do processo de trabalho e resultados de junho/2017 a junho/2018, nos 10 encontros do GT. Além disso, os formulários eletrônicos foram ainda utilizados para o levantamento das ações já realizadas no território no âmbito da violência sexual e, para inscrições na Conferência Livre sobre os Direitos da Criança e do Adolescente.

pertinentes ao tema do eixo. Essa introdução preparava os integrantes do GT para votarem as principais ações a serem descritas e executadas na região, no eixo apresentado.

Os subgrupos, compostos de aproximadamente 10 (dez) integrantes, reuniam-se em data posterior à reunião do GT ampliado para detalhamento das ações mais votadas entre todos. Desta forma todos se envolveram na construção do Plano, partindo de ideias, experiências e necessidades na região. O mais importante nesta fase foi obter a indicação dos meios de execução e dos responsáveis referenciados para cada uma das ações, visando êxito operacional e aferição de resultados concretos no Plano Regional.

Após 9 (nove) meses de andamento do Grupo do Boqueirão, quando a coesão já se fazia sentir tanto nas intenções quanto nas ações dentre os participantes, percebemos a necessidade de demarcar a identidade deste movimento que arregimentava mais e mais adeptos, numa organicidade única (quiçá, com autonomia emancipada). Sempre atentos à metodologia de participação horizontalizada e, à guisa dos princípios democráticos, utilizou-se de *brainstorm* entre os integrantes do Grupo para proposições de um nome que lhe demarcasse a identidade, definindo-se por "LIGA Boqueirão de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes".

Em consonância com o princípio de concreticidade que guiou este trabalho, a execução de algumas ações já foram realizadas ou iniciadas ainda no decorrer da construção do Plano, a exemplo da Conferência Livre dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 17 de maio de 2018[15]. Essa Conferência contou com a participação de 85 adolescentes da Regional do Boqueirão e mais de 100 profissionais. Este momentou possibilitou a construção de diversas propostas, das quais a maioria foi protagonizada pelos adolescentes, e que foram incorporadas ao Plano Regional.

15 Registra-se também como atividades iniciadas: os Ciclos de Debates na Regional do Boqueirão e o desenvolvimento de projetos especiais sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes no Colégio Estadual Euzébio da Mota.

No intuito de apresentar sistematicamente a trajetória percorrida para a construção do Plano, apresentamos a seguir um quadro com as principais atividades realizadas pela LIGA no decorrer deste um ano. Além destas, outras ações foram promovidas pelos integrantes da LIGA em seus espaços de trabalho ou em outros meios, fruto do interesse suscitado no assunto desde que as atividades do GT no Boqueirão ganharam visibilidade. Considera-se importante registrar aqui tais atividades, nos locais, pautas, setores intervenientes, pois assim temos a dimensão de como os sujeitos se envolveram para a construção deste Plano, evidenciando que o próprio processo de sua construção foi um valioso resultado.

ATIVIDADES REALIZADAS	
Mai/2017	26/05/17 – Reunião da Rede de Proteção municipal: "Combate à Violência e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes: Estudo de Caso e proposta de elaboração de Plano Regional" – Local: Faculdade ESIC - Hauer
Jun/2017	07/06/17 – Reunião intersetorial (MPPR) - Abertura do Projeto e definição da equipe de assessoria CAEx
	13/06/17 – Reunião intersetorial (MPPR) – Promotoria de Justiça/SUBPLAN/CAEx-NATE
	13/06/17 – Reunião e visita à Associação Fênix
	21/06/17 – Reunião e visita ao Programa DEDICA
	23/06/17 – Reunião de planejamento com Promotoria, Vara e Defensoria – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão*
	29/06/17 – 1° Encontro GT – local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
Jul/2017	01 a 30/07/17 – Mobilização de atores sociais e sujeitos coletivos para inserção representativa no GT
Ago/2017	09/08/17 – 2° Encontro GT – Local: Rua da Cidadania Terminal do Carmo
Set/2017	14/09/17 – 3° Encontro GT – Local: Colégio Estadual Jayme Cannet – Xaxim
Out/2017	06/10/17 – Reunião Assessoria a jovens – Local: Quíron Escola de Empreendedorismo e Inovação
	19/10/17 – 4° Encontro GT – Local: CRAS Alto Boqueirão
Nov/2017	01/11/17 – Reconhecimento da proposta DEFENDA-SE – Grupo e Centro de Formação Marista
	09/11/17 – Reunião do subgrupo eixo PROTAGONISMO e MOBILIZAÇÃO – Local: Fórum Boqueirão
	23/11/17 – 5° Encontro GT – Local: Associação Abelhinhas Santa Rita de Cássia – Hauer

Dez/2017	07/12/17 – Reunião do subgrupo PREVENÇÃO – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	14/12/17 – 6° Encontro GT – Local: Bosque Reinard Maack – Alto Boqueirão
Mar/2018	01/03/18 – 7° Encontro GT – Local: Rua da Cidadania Terminal do Carmo
	07/03/18 – Reunião Promotor de Justiça com SEED - Local: Biblioteca Pública de Curitiba Planejamento da Ação 1.2 – ciclo de debates e palestras **
	09/03/18 – Reunião do subgrupo RESPONSABILIZAÇÃO – Local: Fórum Descentralizado Boqueirão
	13/03/18 – Encontro do Promotor de Justiça com Diretora do Colégio Euzébio da Motta e Universidade Positivo – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	20 a 22/03/18 – Participação no Congresso Estadual "Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: formas de expressão da violência na contemporaneidade"
Abr/2018	05/04/18 – 8° Encontro GT – Local: Associação Abelhinhas Santa Rita de Cássia – Hauer
	06/04/18 – Reunião com a rede de Educação – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	20/04/18 – Reunião com rede de Saúde e Assistência Social – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	23/04/18 – Reunião do subgrupo RESPONSABILIZAÇÃO – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	25/04/18 – Reunião da rede de Educação – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
Mai/2018	02/05/18 – Reunião com URBS/Administrador regional Boqueirão - Local Fórum Descentralizado do Boqueirão
	03/05/18 – 9° Encontro GT – Local: Colégio Estadual Euzébio da Mota
	04/05/18 – Reunião com Associação dos Empresários do Boqueirão – Local: Rua Antônio Sprada, 79
	17/05/18 – Conferência Livre: Direitos da criança e do adolescente – Local: Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE) / SEED / Boqueirão
Jun/2018	18/06/18 – Reunião Promotor de Justiça com URBS – Local: Fórum Descentralizado do Boqueirão
	28/06/18 – 10º Encontro GT – Associação Abelhinhas Santa Rita de Cássia – Hauer

* Durante a elaboração do Plano Regional da LIGA Boqueirão, foram realizadas no mínimo duas reuniões mensais de planejamento entre a assessoria técnica e as autoridades do Sistema de Justiça do território, antecedendo aos 10 encontros do Grupo de Trabalho (GT).

** Durante as reuniões do Subgrupo, duas pessoas de referência se tornaram responsáveis pelo detalhamento das ações por Eixo do Plano Regional. Para tanto, foram realizadas diversas reuniões de novembro/2017 a maio/2018 com a finalidade de articular parceiros que apoiassem a execução das ações.

Este Plano que ora se apresenta é o produto plenamente palpável do intenso trabalho realizado, mas há que se reconhecer outros resultados deste processo, tão valorosos quanto. Aliás, pode-se afirmar que o mais valioso dos resultados foi justamente o caminho trilhado, pois este possibilitou o encontro e a partilha de ideias, saberes e esperanças dos vários atores engajados na defesa e proteção das crianças e adolescentes. O processo percorrido transformou a luta diária de cada um destes atores em luta de um coletivo de pessoas que perseguem o objetivo comum de transformar essa realidade que viola a dignidade, os direitos e ameaça a vida de meninas e meninos.

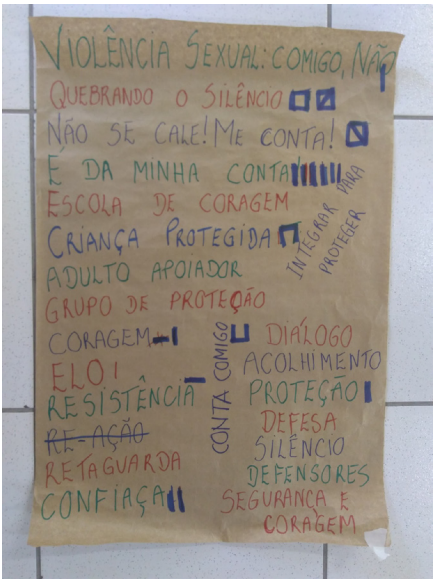
Rosilene de Fátima Pollis
Assistente Social – CAEx MPPR

Tamires Cristina Vígolo
Assistente Social – CAEx MPPR

Construção da Identidade da Liga

A identidade de uma instituição ou grupo vai além da mensagem e aparência registrada em sua logomarca e está relacionada a um conjunto de processos, movimentos e, principalmente, definição de princípios de atuação. A marca que representa a LIGA está repleta de significados e decisões e iniciou na construção coletiva do próprio nome. É válido destacar que "construção coletiva" é um dos fundamentos do grupo e, portanto, método para aprendizado, definição de estratégias e também para decisões administrativas como agenda e publicidade das ações do grupo. O nome, forma e conteúdo da imagem que deveria representar o grupo seguiu este princípio.

O primeiro passo para construção desta representação, 8 meses após início dos trabalhos, foi a organização de uma "tempestade de ideias" com palavras que representassem os motivos e objetivos do grupo. O resultado da dinâmica, seguido de uma votação apontou para frases como "é da minha conta" e "quebrando o silêncio" entre outras referências à responsabilidade e acolhimento, mas também "proteção" e "coragem" para o enfrentamento do tema.



"Tempestade de ideias" para o nome do grupo (março de 2018)

Com base nesta elaboração preliminar coletiva, foram consultados profissionais com expertise em comunicação e publicidade que orientaram os passos seguintes. Neste momento as participações da Assessoria de Comunicação do Ministério Público, por meio da profissional Maria Amélia Lonardoni e do publicitário Gustavo Lima, que gentilmente colaborou com a equipe, foram fundamentais. A orientação foi a eleição de um nome curto, de apropriação rápida e que mantivesse comunicação com o público-alvo, em especial o segmento infantojuvenil. Aproveitando a reunião recente que tratava dos "heróis do dia a dia", conceito que representa muito bem a dedicação de cada profissional integrante do grupo, o nome LIGA foi costurado pouco a pouco. Surge então a LIGA de heróis que integram uma rede cotidiana de proteção na regional Boqueirão. LIGA que representa ao mesmo tempo o ato de conexão ("ligação"), o enfrentamento, o alerta ("se liga"), o acolhimento e a proteção ("a gente liga!"). A imagem final trabalhada a partir do diálogo entre publicitário, jornalista e um designer especializado em heróis (Marvel, Lucas Film, etc.) evoluiu para um símbolo simples, com diversidade de cores que representam valores, temas, pessoas, instituições conectadas (ligadas!) por um plano e princípios comuns.



Versão preliminar que aproveitou a obra doada pelo designer inglês, Andy Fairhurst

LIGA
Boqueirão
Enfrentamento à Violência Sexual
contra Crianças e Adolescentes

Versão final aprovada pelo coletivo, atualmente denominado LIGA Boqueirão



Material publicitário que combina logomarca com a obra do designer inglês Andy Fairhurst

Alexandre do Nascimento Pedrozo

Assessor da Subprocuradoria-Geral de Planejamento/ MPPR

PARTE B

Plano de ações

O Plano de Ações da LIGA é composto por 4 Eixos estruturadores que explicitam os objetivos de cada ação, os gestores responsáveis, resultados esperados, produtos, etapas e, conforme o caso, parcerias para sua realização. O documento traduz de forma pragmática os desafios identificados pelos seus integrantes, as questões pertinentes e as respectivas respostas, por meio de ações pactuadas coletivamente.

O objetivo deste formato é instituir um sistema de planejamento integrado simples e transparente que favoreça o controle social das ações e, principalmente, a interação e cooperação entre os vários profissionais e instituições participantes.

O ciclo anual de planejamento foi definido como parte de uma agenda contínua, mas com a definição de um marco de avaliação dos esforços, resultados e a revisão das estratégias decididas coletivamente. O marco de monitoramento de cada ciclo deve ocorrer durante o mês de maio de cada ano, preferencialmente em conferência regional – uma das ações programadas - vinculada aos eventos que tratam do tema, como por exemplo, durante a semana de 18 de maio – estabelecido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Na sequência são detalhadas as ações programadas para o ciclo que devem ser desenvolvidas durante o ciclo 2018/2019 e avaliadas na conferência regional em maio de 2019. O sistema de gestão e monitoramento do plano está detalhado ao final do documento.

EIXO 01



Participação, protagonismo, comunicação e mobilização

Eixo 01 - Participação, protagonismo, comunicação e mobilização

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro | Promotor de Justiça | Promotoria de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão



Onde queremos chegar? PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes arrolou como dois de seus eixos de atuação a " PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL" e a "COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL"

No que se refere à "PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL", torna-se importante acentuar que segundo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, toda a "criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (art. 15), e, como tal,

possuem direito à "opinião e expressão" e a "participar da vida familiar, comunitária e política" da nação (art. 16, II, V, VI).

Ora, sob essa perspectiva jurídica, na qual se busca sempre reconhecer todas as crianças e adolescentes como sujeito de direitos, torna-se emblemática e necessária a sua inserção na discussão das políticas públicas sociais a elas destinadas.

A tarefa, naturalmente, mostra-se desafiadora, em razão de dois motivos principais: (i) a condição natural e peculiar da criança e do adolescente como seres em desenvolvimento; (ii) a complexidade da elaboração de políticas públicas.

De início, torna-se necessário compreender que "o protagonismo juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando com fonte de iniciativa, liberdade e compromisso" (COSTA, 2001, p. 179).

Relevante referir que o desenvolvimento do protagonismo infantojuvenil tende a gerar ganhos de dupla natureza: individual e social.

Segundo Antônio Carlos Gomes da Costa:

> A participação autêntica se traduz para o jovem num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele se procura e se experimenta, empenhado que está na construção da sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida. (...) A sociedade ganha em democracia e em capacidade de enfrentar e resolver problemas que desafiam. A energia, a generosidade, a força empreendedora e o potencial criativo dos jovens é uma imensa riqueza e um imenso patrimônio que o Brasil ainda não aprendeu a utilizar da maneira devida (COSTA, 2001).

Todavia, inobstante a coerência e reconhecimento da legitimidade destes argumentos, não podemos deixar de registrar que a valorização do protagonismo infantojuvenil continua figurando como uma meta distante a ser atingida, diante da concepção adultocêntrica adotada na nossa sociedade.

De forma objetiva, constituem obstáculos ao desenvolvimento do protagonismo infantojuvenil, o fato do jovem ser visto como "um problema e não como uma pos-

sibilidade de solução do problema" e a impossibilidade desse protagonismo de se desenvolver de forma espontânea, ou seja, prescindindo da atuação dos adultos, nos diversos espaços da vida do jovem – família, escola, sociedade, etc.

Já no que se refere ao tema "COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL" é válido destacar que toda política pública deve ser concebida com base na democracia representativa e participativa.

Nessa perspectiva, lembramos que os Conselhos de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes são os órgãos responsáveis pela elaboração das políticas sociais destinadas à população infantojuvenil e, todos eles, seja no âmbito Nacional (CONANDA), Estadual (CEDCA-PR) ou municipal (COMTIBA), contam com integrantes pertencentes aos segmentos governamental e não governamental, paritariamente.

Corolário a esta concepção democrática, é que surge a importância do eixo " COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL" para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, não se podendo imaginar a construção de políticas públicas sem que a sociedade seja mobilizada, sensibilizada e qualificada para o tema.

Sob outro viés, não podemos deixar de registrar que "o processo de comunicação e mobilização social constitui a base para a formação e a sustentabilidade do trabalho em rede (...) e embora caiba ao município a responsabilidade pela concretização da política de atendimento à infância e à juventude" (CONANDA, 2013), o Poder Público encontra grande dificuldade em se desincumbir, sozinho, de todas as etapas concernentes às políticas públicas. Atualmente, revela-se natural e vantajosa a criação de espaços onde exista a articulação e o trabalho conjunto de todos os setores da sociedade para identificação e deliberação sobre a melhor forma de alcançar o bem comum.

No que se refere ao enfrentamento à violência sexual, especificamente, toda a sociedade necessita compreender o imenso esforço que deve ser realizado para romper a "lei do silêncio" que, infelizmente, ainda impera em crimes dessa natureza, e, também, para realizar um embate contra a naturalização deste tipo de violência.

Sérias e profundas discussões deverão ser travadas tanto nos espaços públicos como nos privados, visando identificar fatores culturais, sociais e individuais que favoreçam a ocorrência deste tipo de violência para, em seguida, viabilizar a reflexão sobre as possibilidades concretas de atuação de cada cidadão no enfrentamento da violência sexual.

Finalmente, concluímos que o desenvolvimento de ações relacionadas ao eixo "PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL" e ao eixo "COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL" revelam-se extremamente importantes para, de um lado, dar força e voz ao público-alvo desta política pública – crianças e adolescentes e, de outro lado, para garantir que todos os setores da sociedade, possam, conjuntamente, envidar esforços para realizarem o enfrentamento desta violência. A rigor, almeja-se que estas ações, mesmo que singelas, possam favorecer uma mudança positiva de comportamentos e atitudes e sejam capazes de romper o ciclo de violência sexual e o sentimento de impunidade hoje dominantes.

AÇÃO 1.1. Mobilizar grupos de jovens para desenvolvimento de projetos artísticos, culturais e educacionais

1.1.1 Objetivo

Sensibilizar a comunidade escolar sobre o tema da violência sexual por meio do estímulo à participação de jovens estudantes do Colégio Euzébio da Mota na criação de projetos artísticos, culturais e educacionais

1.1.2 Gestora da ação

Olinda de Godoi Ribeiro - Diretora do Colégio Estadual Euzebio da Mota

1.1.3 Resultados esperados

- Comunidade escolar sensibilizada sobre o enfrentamento da violência sexual
- Empoderamento dos jovens frente a temática da violência sexual.

1.1.4 Produtos esperados

- Protagonismo infantojuvenil no ambiente escolar por meio da formação de grupos de estudantes para desenvolvimento de projetos artísticos, culturais e educacionais

- Projetos artísticos, culturais e educacionais que abordem o tema da realidade social e enfrentamento da violência sexual, tais como, peças de teatro; vídeos; rádios; cartazes; blogs; fanzines, etc.

1.1.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Identificação de profissionais responsáveis pela abordagem do tema

- Reunião da escola com diretoria e equipe pedagógica
- Definição dos papéis e atribuições

MACROETAPA 2 – Identificação dos alunos participantes dos projetos artísticos, culturais e educacionais

- Construção de critérios de seleção dos alunos participantes
- Formação da lista de candidatos
- Seleção dos alunos de acordo com os critérios estabelecidos
- Formação dos grupos de trabalho
- Atribuição de cada participante nos projetos artísticos, culturais e educacionais

MACROETAPA 3 – Elaboração de projetos artísticos, culturais e educacionais com descrição dos métodos e estratégias utilizadas

- Reunião dos grupos de trabalho
- Definição de cronograma de encontros
- Definição dos temas, estratégias e materiais a serem utilizados
- Elaboração do plano de trabalho

MACROETAPA 4 – Execução dos projetos artísticos, culturais e educacionais dentro do ambiente escolar

- Divulgação projetos artísticos, culturais e educacionais no ambiente escolar
- Apresentação dos grupos

MACROETAPA 5 – Avaliação dos resultados

- Reunião dos grupos para discussão do processo de elaboração e apresentação dos projetos artísticos, culturais e educacionais
- Discussão com os alunos sobre como os ensaios ajudaram na percepção da realidade social e nas formas de enfrentamento da violência sexual

1.1.6 Parceiros

- Departamento de Direitos Humanos / Secretaria de Estado da Educação do Paraná- SEED PR
- Universidade Positivo / Curso de Jornalismo
- Rotary Club Rebouças
- Câmara de Mediação e Arbitragem Dialogar

AÇÃO 1.2 Fomentar a atuação dos grêmios estudantis na discussão e no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

1.2.1 Objetivo

Articular a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis na rede pública de ensino do Boqueirão, qualificando-os para atuarem na discussão e demandas referentes ao enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

1.2.2 Gestores da ação

Dayane Marchiore de Castro - Pedagoga do Núcleo Regional de Educação

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro - Promotor de Justiça/ MPPR

1.2.3 Resultados esperados

- Empoderamento dos jovens para atuar frente a temática da violência sexual.

- Mitigação da visão adultocêntrica no ambiente escolar.

- Formação de um espaço aberto ao diálogo entre o corpo docente, pedagógico, discente e administrativo.

1.2.4 Produtos esperados

- Grêmios estudantis em funcionamento nas 19 escolas da rede pública de ensino do Boqueirão.

- Encontro anual entre os grêmios do Boqueirão

1.2.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Identificação dos grêmios estudantis existentes na região do Boqueirão

• Elaboração de formulário de pesquisa sobre a existência e situação atual dos grêmios em cada escola
• Pesquisa sobre a percepção das diretorias e equipe pedagógica sobre a importância dos grêmios estudantis
• Análise dos resultados e elaboração de relatório

MACROETAPA 2 – Debate sobre a importância dos grêmios estudantis

• Reunião dos diretores das escolas e sua equipe pedagógica e o Ministério Público para discussão sobre os resultados da pesquisa realizada e sugestões sobre a instituição e fortalecimento dos grêmios
• Indicação de um profissional de referência em cada escola para articular a criação e efetivo funcionamento do grêmio estudantil.

MACROETAPA 3 – Capacitação dos profissionais que atuarão na criação e fomento dos grêmios estudantis e Ministério Público

• Definição de participantes, cronogramas, locais de encontros, metodologia, conteúdos, etc
• Elaboração de plano de trabalho da capacitação
• Convocação para a capacitação
• Realização da capacitação

MACROETAPA 4 – Encontro com os grêmios estudantis

• Exposição pelo Ministério Público sobre a importância da atuação do grêmio frente as demandas dos estudantes
• Debate entre os alunos sobre a forma de organização e atuação perante cada escola
• Debate com o Núcleo de educação sobre a participação dos alunos em todos os aspectos do ambiente escolar bem como no enfrentamento de questões da realidade social e violência sexual infantojuvenil

MACROETAPA 5 – Conferência anual dos grêmios estudantis da regional do Boqueirão

- Troca de experiências sobre os trabalhos desenvolvidos por cada grêmio
- Discussão sobre a forma de atuação dos grêmios no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

1.2.6 Parceiros

- Escolas da regional do Boqueirão

AÇÃO 1.3. Promover ciclo de debates com a comunidade da regional

1.3.1 Objetivo

Sensibilizar, conscientizar e fomentar iniciativas da comunidade regional do Boqueirão por meio de ações permanentes sobre prevenção e alerta para a existência do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes e a responsabilização da sociedade.

1.3.2 Gestores da ação

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro - Promotor de Justiça/ MPPR

Luizene Wizenberg - Promotoras Legais Populares/ Secretaria Municipal de Educação

1.3.3 Resultados esperados

- Comunidade da regional do Boqueirão sensibilizada e consciente sobre o fenômeno "Violência Sexual Infantojuvenil" e o seu enfrentamento[1].

- Aumento da proatividade da comunidade regional do Boqueirão no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

1.3.4 Produtos esperados

Vinte palestras realizadas em dois ciclos:

- Primeiro ciclo com dez palestras visando à exposição de informações qualificadas sobre violência sexual infantojuvenil no Boqueirão.

---

1 A comunidade do Boqueirão abrange a comunidade escolar da rede municipal, a comunidade escolar da rede estadual, as lideranças religiosas, os conselhos de saúde, a associação de moradores, a administração regional, a associação de empresários do Boqueirão, o Rotary Sítio Cercado, a Urbs e as concessionárias de transporte coletivo.

- Segundo ciclo com dez palestras, abordando os desdobramentos do discutido no primeiro ciclo, com ampliação do público-alvo, visando atingir a comunidade, a partir da rede de contatos apresentada pelo segmento específico do primeiro ciclo.

Registro de iniciativas de enfrentamento à violência sexual a serem realizadas pelos participantes do ciclo.

1.3.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Preparação das Palestras

- Mobilização da equipe
- Elaboração do roteiro e seleção de materiais
- Preparação da apresentação padrão
- Definição de cronogramas
- Formas de Divulgação
- Locais de realização
- Organização do evento

MACROETAPA 2 – Realização do primeiro ciclo de palestras

- Agendamento
- Divulgação para o público-alvo
- Realização das palestras

MACROETAPA 3 – Realização do segundo ciclo de palestras

- Agendamento
- Divulgação para o público-alvo
- Realização das palestras

MACROETAPA 4 – Identificação dos projetos que podem ser desenvolvidos para a prevenção e/ou enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no Boqueirão

- Discussão, durante as palestras, sobre as formas de prevenção e/ou enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no Boqueirão
- Relatório com sugestões de projetos
- Análise da viabilidade do desenvolvimento dos projetos
- Avaliação dos ciclos e mostras

1.3.6 Parceiros

- Comunidade escolar municipal, através de "Projeto Piloto" de formação continuada realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e o presente grupo;
- Comunidade escolar estadual, através do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, diretores e pedagogos das escolas estaduais do Boqueirão e o presente grupo;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Principais religiões professadas nesta Regional (05);
- Associações de Moradores e a Administração Regional do Município no Boqueirão;
- Associação de Empresários do Boqueirão e Rotary Sítio Cercado.

AÇÃO 1.4. Realizar ciclo de palestras com pesquisadores de referência na área

1.4.1 Objetivo

Difundir pesquisas e trabalhos técnicos relevantes e atuais acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes.

1.4.2 Ação Conexa

AÇÃO 3.3. Mapear pesquisas acadêmicas e pesquisadores na área

1.4.3 Gestores da ação

Cláudia Rossetin - NAP/TJPR/BOQUEIRÃO

Samara Feitosa - FÓRUM DAS COMUNIDADES . UFPR

1.4.4 Resultados esperados

- Conhecimento ampliado dos integrantes da Liga do Boqueirão e da comunidade acerca das pesquisas e trabalhos técnicos realizados na área.

1.4.5 Produtos esperados

- Palestras mensais com pesquisador da área de violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Encontros anuais com pesquisadores na área de violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Material digital com gravações das apresentações dos pesquisadores.

1.4.6 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Preparação das palestras mensais

• Seleção, a partir da base de dados construída na ação 3.3, do pesquisador que participará do encontro mensal da Liga do Boqueirão;

• Definição do dia e local da reunião

• Contato com o pesquisador

• Convite aos demais participantes da Liga do Boqueirão

MACROETAPA 2 – Preparação do encontro anual

• Definição do modo de debate (mesa-redonda, palestra, etc.)

• Definição da quantidade de pesquisadores a serem convidados

• Seleção, a partir da base de dados construída na ação 3.3, dos pesquisadores que participarão do encontro anual

• Definição do dia e local do encontro anual – verificar com a IES o espaço para a realização do evento

• Contato com os pesquisadores

• Publicação do evento

MACROETAPA 3 – Produção do material digital

• Planejamento do roteiro

• Realização das gravações nos encontros mensais e anual

• Edição das gravações

• Publicação em meio digital

1.4.7 Parceiros

• MPPR/CAEx-NATE

• IES de Curitiba

• Associação Fênix

AÇÃO 1.5 Realizar CONFERÊNCIA LIVRE DO BOQUEIRÃO

1.5.1 Objetivos

Promover o protagonismo juvenil na construção da política pública voltada ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo como base as orientações do CONANDA para realização da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1.5.2 Gestores da ação

Alexandre Pedrozo – SUBPLAN/MPPR

Ana Caroline Teixeira – DPE/BOQUEIRÃO

Cátia Jede – COMTIBA E ASSOC. ABELHINHAS

Dayane Marchiori de Castro – SEED/NREC/BOQUEIRÃO

Leandro José Müller – NAP/TJPR

Patrícia Lages – NATE/CAEx/MPPR

Peri Eugênio de Castro – Associação Metodista de Ação Social

Rosilene Pollis – NATE/CAEx/MPPR

Tamires Vígolo – NATE/CAEx/MPPR

1.5.3 Resultados esperados

Adolescentes da regional sensibilizados quanto à importância de sua participação nas demais etapas das conferências;

Fortalecimento das ações de enfrentamento à violência sexual na regional do Boqueirão por meio da divulgação junto aos profissionais da rede local de serviços governamentais e às entidades da sociedade civil organizada dos temas/eixos trabalhados pelo Grupo de Trabalho;

1.5.4 Produtos esperados

Conferência sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, com tema “Enfrenta-

mento à Violência Sexual", envolvendo a participação de, no mínimo, 80 adolescentes de escolas públicas estaduais da regional Boqueirão

Relatório da Conferência contendo propostas sobre atuação no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil

Constituição de uma Liga Jovem com representação na Liga Boqueirão

Representação dos estudantes como delegados na conferência regional do Boqueirão, conferência municipal, estadual e nacional.

1.5.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Preparação da Conferência

- Mobilização da equipe
- Elaboração do roteiro e seleção de materiais
- Definição de participantes
- Preparação da apresentação
- Planejamento da aplicação da metodologia de ciranda: organização dos grupos, temas para discussão, duração, etc.
- Definição de cronograma
- Formas de divulgação do evento
- Locais de realização

MACROETAPA 2 – Realização da Conferência

- Abertura do evento
- Apresentação do tema
- Realização das cirandas
- Levantamento e discussão das propostas

MACROETAPA 3 – Diagnósticos e encaminhamentos

- Relatório das propostas realizadas na Conferência
- Encaminhamento do relatório ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (COMTIBA)
- Inclusão no Plano de Ações de propostas a serem desenvolvidas
- Definição de cronograma para realização de encontro com os adolescentes que participaram da Conferência

MACROETAPA 4 – Encontro com os adolescentes que participaram da Conferência Livre

- Resgate das discussões realizadas na Conferência
- Articulação para participação dos estudantes na LIGA Boqueirão na composição de uma LIGA Jovem.
- Articulação para participação dos estudantes como representantes a delegados nos demais níveis das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente (regional, municipal, estadual e nacional)

1.5.6 Parceiros

- FAS
- SEED
- SME
- ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIONAL DO BOQUEIRÃO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO BOQUEIRÃO
- COMTIBA
- ASSOCIAÇÃO ABELHINHAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO
- DEFENSORIA PÚBLICA
- PODER JUDICIÁRIO
- PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO
- ASSOCIAÇÃO FÊNIX

AÇÃO 1.6 Utilizar tecnologias e ferramentas de comunicação virtual para difundir informações sobre o tema e articular a comunidade da regional

1.6.1 Objetivo

Difundir informações e articular a comunidade da regional sobre o tema por meio de portal virtual

1.6.2 Ação Conexa

AÇÃO 1.5 Realizar CONFERÊNCIA LIVRE DO BOQUEIRÃO

1.6.3 Gestor da ação

Alexandre Pedrozo – SUBPLAN/MPPR

1.6.4 Resultados esperados

Conscientização sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre o Plano de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes desenvolvido na Regional do Boqueirão

1.5.5 Produto esperado

- Portal Virtual com informações sobre o Plano de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na Regional do Boqueirão e outras informações sobre o tema.

1.6.6 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Criação do portal virtual

- Reunião da equipe para distribuição de atividades e definição dos prazos de entrega
- Desenho do portal virtual

- Teste do portal virtual
- Lançamento do portal virtual

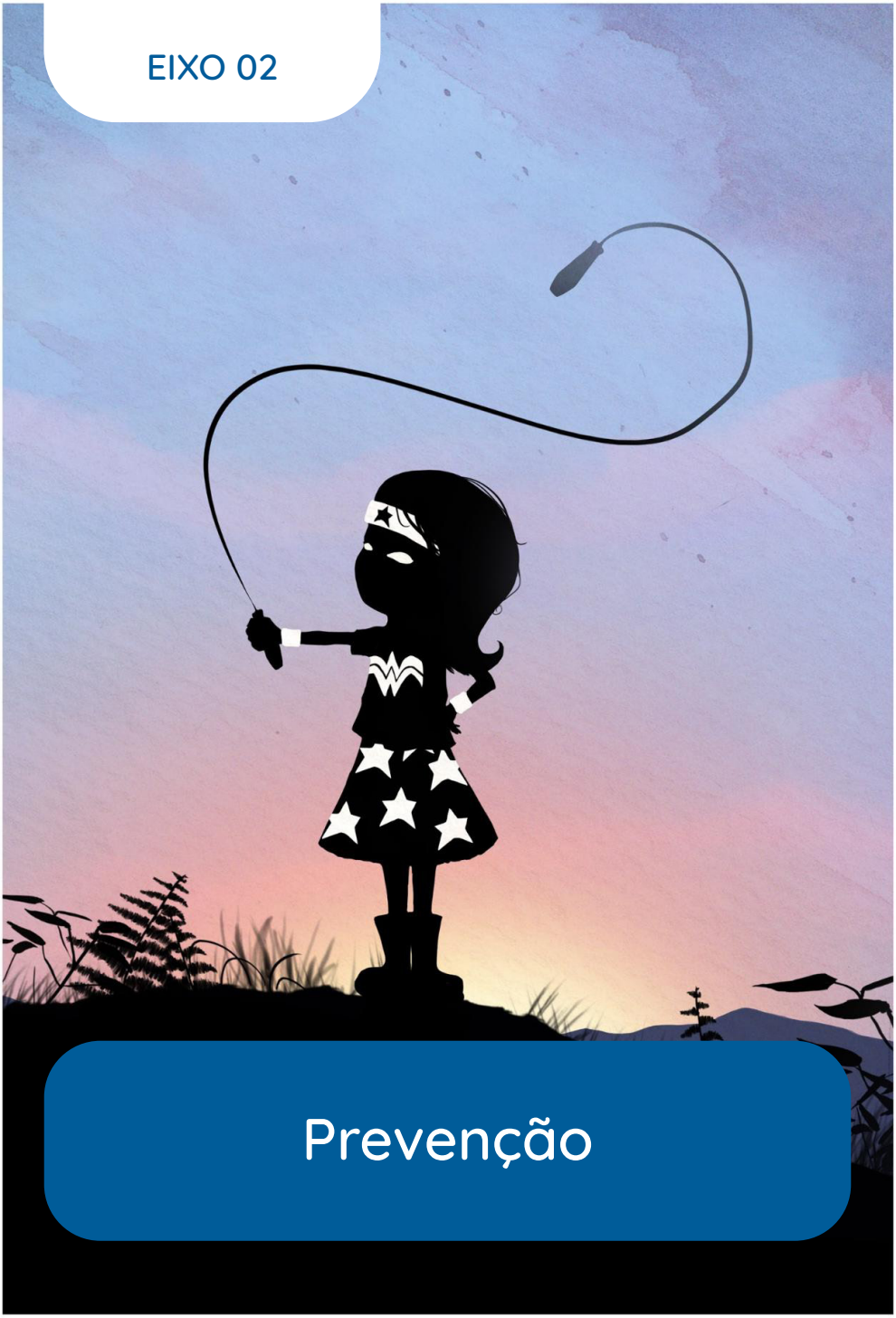
MACROETAPA 2 – Preparação e publicação do conteúdo

- Reunião da equipe
- Definição de cronogramas
- Distribuição de atividades
- Elaboração do material: pesquisa, levantamento de dados, redação, edição
- Publicação do material no portal virtual

MACROETAPA 3 – Manutenção do Portal Virtual

- Reunião da equipe periodicamente
- Definição da forma como será realizado o monitoramento e manutenção dos conteúdos
- Distribuição de responsabilidades e atribuições
- Definição de cronogramas

EIXO 02



Prevenção

Eixo 02 - Prevenção

Mariana Levoratto | Psicóloga CRP 08/19820 | Defensoria Pública do Estado do Paraná



Onde queremos chegar? PREVENÇÃO

De acordo com Lowenkron (2015, p. 49) foi somente ao final do século XX que crianças e adolescentes passaram a ocupar nas agendas políticas um lugar de destaque nas lutas por direitos especiais, especificamente de proteção contra as diversas formas de exploração. No Brasil, essa virada é marcada pela passagem do Código de Menores, de 1979, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que significou a substituição da doutrina da "situação irregular" pela doutrina da "proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente". Com a transformação de crianças e adolescentes em "sujeitos de direitos especiais" e sendo reconhecidas como "pessoas em condição peculiar de desenvolvimento", a crítica à violência contra eles ganha força, transformando o crime cometido contra os mesmos no prin-

cipal modelo de atrocidade. Trata-se de uma nova compreensão política e ética do fenômeno, ou seja, deste como uma questão de cidadania e de direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 70, preconiza: "É dever de todos prevenir a ocorrência da ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

Assim, Lowenkron (2015, p.51) pontua que a produção de direitos da criança e do adolescente está intimamente relacionada à instituição de deveres, compromissos e obrigações por parte da família, da sociedade e do Estado, definidos como responsáveis pela gestão e pela proteção desses sujeitos de direitos especiais. É com base nos avanços no olhar para estes sujeitos, que se pode asseverar este dever. Esta afirmação tem seu fundamento na evolução dos programas pertinentes, relacionados diretamente com os diferentes níveis de prevenção, cujo processo integrativo foi estruturando-se ao longo destas conquistas alcançadas.

Originalmente, as ações eram dirigidas com a principal finalidade de atenuar as consequências da violência. Configura-se, dessa forma, o nível terciário de prevenção. Este tipo de estratégia de intervenção busca minimizar os males consequentes da violência perpetuada contra crianças e adolescentes, através de um atendimento direto à vítima da violência e à sua família. A esse respeito, Maldonado (1997, p. 69) diz que "este nível de prevenção tem por finalidade reduzir as consequências daquilo que não pôde ser evitado nem atenuado".

Com a incorporação de novos conhecimentos, estende-se, desta forma, a esfera de atuação da prevenção a todos que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, no intuito de orientá-los na detecção precoce de situações de risco, possibilitando o impedimento de atos de violência e/ou sua reincidência contra estes sujeitos. Caracteriza-se, assim, a abordagem que define o nível de prevenção secundária. Segundo Maldonado (1997, p.65), é "a tentativa de abreviar a duração ou a intensidade do problema por meio de um diagnóstico precoce e de tratamentos eficazes".

O primeiro nível se desenvolve a partir da necessidade de otimizar ou manter os

níveis de saúde e bem-estar alcançados, mediante programas preventivos que enfatizem o emprego de ações divulgadoras e promocionais, destinadas a fortalecer o processo evolutivo da criança e do adolescente. Entende-se por prevenção primária aquela cujo objetivo está centrado na eliminação ou redução de fatores sociais, culturais e ambientais que favoreçam a ocorrência da violência. Nos dizeres de Maldonado (1997, p. 55), "é a tentativa de evitar o surgimento dos focos que dão origem ao problema". Assim, atuar com prevenção primária significa orientar a população como um todo a respeito das diversas nuances da violência e que danos isso pode vir a causar tanto às crianças e adolescentes quanto à sociedade em geral.

Portanto, deve-se considerar o Eixo Prevenção enquanto o conjunto de atividades que visam evitar o aparecimento e estabelecimento de questões que se sabe estarem ligadas as diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes.

Com efeito, dada a relevante função da prevenção no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Enfrentamento o elenca como um de seus eixos estratégicos de atuação, na perspectiva de instituição de nova abordagem da temática, além da consolidação da cultura de proteção integral e de acesso universal a direitos fundamentais como forma de assegurar o princípio da dignidade humana.

A partir da instituição do Eixo PREVENÇÃO, no Plano da Liga do Boqueirão objetiva-se assegurar um conjunto de ações de caráter preventivo contra a violência sexual, traduzidas em iniciativas na perspectiva da formação, educação e sensibilização acerca do tema e de minimização de sua incidência.

Pretende-se, assim, iniciar um processo de desdobramento dos Planos Nacional, Estadual e Municipal em âmbito do território, e da introdução de indicadores de monitoramento e avaliação de resultados e dos impactos para orientar o aperfeiçoamento e/ou reordenamento das propostas**.**

AÇÃO 2.1. Formar e capacitar profissionais da educação

2.1.1 Objetivo

Sensibilizar e capacitar profissionais das escolas estaduais da regional do Boqueirão para atuarem na prevenção da violência sexual, bem como para identificar, atender, registrar e encaminhar as crianças a adolescentes em situações de violência sexual.

2.1. 2 Ação Conexa

AÇÃO 1.1. Mobilizar grupos de jovens para desenvolvimento de projetos artísticos, culturais e educacionais

2.1.2 Gestores da ação

Capacitação dos educadores:

Carmeli de Freitas – NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA

Danielle de Oliveira Galante de Souza – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dayane Marchiori de Castro – NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA

(verificar nome da regional) – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Tania Regina da Rocha Martins – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Curso EAD:

Eduardo Monteiro – MPPR/PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO BOQUEIRÃO

Hendryo André – UNIVERSIDADE POSITIVO

Olinda de Godoi Ribeiro – COLÉGIO ESTADUAL EUZÉBIO DA MOTA

Patricia S. Lages Prata Lima – MPPR/CAEx/NATE

Tamires Cristina Vígolo – MPPR/CAEx/NATE

2.1.3 Resultados esperados

Profissionais das escolas estaduais do Boqueirão capacitados para:

- identificar, atender e encaminhar adequadamente crianças e adolescentes em situações de violência sexual
- registrar de modo coerente e completo a violência identificada na “Ficha de

Notificação Individual – Violência Interpessoal e Autoprovocada”

· compreender o fluxo de atendimento da criança ou adolescente de modo a mobilizar as ações que competem à escola, por meio das reuniões da “Rede de Proteção” visando à prevenção da violência sexual.

2.1.4 Produtos esperados

· Encontros presenciais de capacitação dos educadores

· Curso EAD por meio da Secretaria Estadual de Educação e cursado por, no mínimo, 01 professor de cada escola da regional Boqueirão.

· Plano, em cada escola, para abordar o tema de violência sexual

2.1.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Encontros presenciais de capacitação aos educadores

· Reunião inicial entre as Articuladoras da Rede de Proteção das Secretarias Municipal e Estadual de Educação

· Definição de cronograma, participantes, locais, carga horária e atividades a serem desenvolvidas

· Convocação das Escolas Estaduais do Setor Boqueirão para que um Diretor ou Diretor Auxiliar, um Pedagogo, um Professor e um Agente Educacional I e II estejam inscritos na capacitação.

· Reunião de avaliação das capacitações realizadas

MACROETAPA 2 – Curso em EAD direcionado aos educadores das Escolas Estaduais do Setor Boqueirão

· Elaboração do projeto do curso em EAD

· Planejamento do curso: definição da plataforma, módulos, conteúdos, material didático, atividades, ferramentas, cronograma.

· Disponibilização do curso

· Realização do curso

· Avaliação do curso e verificação da viabilidade de expansão para outras escolas

MACROETAPA 3 – Planejamento interno em cada escola para abordar o tema da violência sexual

- Avaliação das propostas feitas pelos adolescentes, profissionais e demais participantes na Conferência Livre realizada no Boqueirão
- Análise da viabilidade de implementação de cada proposta no planejamento interno escolar
- Planejamento das ações: definição de cronogramas, atividades, locais, etc, para implementação das propostas selecionadas.

2.1.6 Parceiros

Universidade Positivo

AÇÃO 2.2 Monitorar incidência do tema nos serviços e programas socioassistenciais

2.2.1 Objetivo

Monitorar, avaliar e propor a forma adequada de como o tema sobre violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser tratado com os usuários de serviços e programas socioassistenciais.

2.2.2 Gestores da ação

Marilise Debastiani Milkevicz – GERÊNCIA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FAS/BOQUEIRÃO

Morgana de Oliveira Gonçalves – CRAS VILA HAUER

Deisi Tortelli - AGENTE DE SAÚDE

2.2.3 Resultados esperados

- Diagnóstico da forma como o tema sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é abordado nos serviços e programas socioassistenciais em curso

- Proposta de abordagem sobre o tema de violência sexual contra crianças e adolescentes com os usuários de serviços e programas socioassistenciais

2.2.4 Produtos esperados

- Ferramenta de monitoramento e avaliação para abordagem do tema de violência sexual contra crianças e adolescentes com os usuários de serviços e programas socioassistenciais

2.2.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Elaboração da proposta

- Composição subcomissão para detalhamento da ação
- Definição do cronograma de encontros
- Elaboração da proposta
- Aprovação da proposta
- Apresentação ao coletivo (GT) para validação/Lançamento do Plano
- Pactuação do compromisso entre as políticas/órgãos participantes

MACROETAPA 2 – Desenvolvimento da ferramenta de monitoramento e avaliação

- Elaboração e pactuação de cronograma e planejamento dos encontros periódicos para compilação dos dados
- Monitoramento do trabalho realizado nos serviços e programas socioassistenciais para diagnóstico de como o tema é tratado com os usuários
- Compilação dos dados para divulgação do diagnóstico

MACROETAPA 3 – Proposta de abordagem para tratamento do tema junto aos usuários dos serviços e programas socioassistenciais

- Elaboração e pactuação de cronograma e planejamento dos encontros periódicos para planejamento da proposta
- Estabelecimento do envolvimento da Rede Privada na inclusão da temática serviços e programas socioassistenciais
- Relatório com diagnóstico do monitoramento e proposta de abordagem do tema

2.2.6 Parceiros

A. **FAS**:

- Descrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – Crianças e Adolescentes conforme Tipificação 109/2009

- Descrição do Público Prioritário conforme orientações técnicas de Grupos de 06 a

17 anos.

- Identificação, ofertas e acompanhamento dos grupos, e preenchimento do instrumental de monitoramento e avaliação

- Indicação de um ou mais profissionais de referência para integrar e compor o grupo que irá construir o instrumental e realizar a compilação monitoramento e avaliação.

B. **SMS**:

- Descrição das ofertas que compõem o escopo da atenção primária dos grupos existentes com público de crianças e adolescentes.

- Identificação, oferta e acompanhamento dos grupos e preenchimento do instrumental de monitoramento e avaliação

- Indicação de um ou mais profissionais de referência para integrar e compor o grupo que irá construir o instrumental e realizar a compilação monitoramento e avaliação.

C. **SME**:

- Descrição dos projetos e/ou programas que desenvolve no âmbito das escolas municipais da regional Boqueirão no recorte da violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Oferta da temática a ser trabalha com as crianças e adolescentes, bem como preencher o instrumental de monitoramento e avaliação.

- Indicação de um ou mais profissionais de referência para integrar e compor o grupo que irá construir o instrumental e realizar a compilação monitoramento e avaliação.

D. **FCC -** Fundação Cultural de Curitiba

E. **SMELJ -** Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude da Prefeitura

Municipal de Curitiba

AÇÃO 2.3. Realizar campanha midiática em transportes públicos coletivos

2.3.1 Objetivo

Veicular campanha midiática sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, em ônibus e terminais de transportes públicos administrados pela URBS, de modo a esclarecer a população sobre questões relacionadas ao tema.

2.2.2 Gestores da ação

Eduardo Monteiro -PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO BOQUEIRÃO/MPPR

Iverson Portella -RELAÇÕES INSTITUCIONAIS/URBS

Pedro Henrique Romanel - ADVOGADO/URBS

2.3.3 Resultados esperados

- Usuários de transporte coletivo de Curitiba conscientizados:
    - acerca da prevalência do fenômeno da violência sexual no seu território
    - sobre quais medidas e órgãos públicos deverão ser acionados quando se depararem com um caso do gênero
    - sobre qual postura poderá ser adotada frente a possível vítima, familiares e agressores.

2.3.4 Produtos esperados

Campanha midiática sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, em ônibus e terminais de transportes públicos administrados pela URBS

2.3.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Termo de Cooperação com a URBS

- Reunião inicial do MPPR e o Departamento Jurídico da URBS

· Redação do Termo de Cooperação
· Assinatura do Termo de Cooperação

MACROETAPA 2 – Planejamento da Campanha midiática

· Reunião do MPPR e a URBS para definição do tipo (conteúdo) de material informativo, indicação de responsáveis para sua confecção, modos de veiculação, espaços, etc.
· Confecção do material midiático
· Análise e aprovação da campanha

MACROETAPA 3 – Veiculação da campanha

· Produção dos materiais
· Execução do planejamento da campanha
· Veiculação da mídia

2.3.6 Parceiros

PMC/URBS – Urbanização de Curitiba

EIXO 03



Atenção e pesquisa

Eixo 03 - Atenção e pesquisa

O atendimento a pessoas em situação de violência sexual

Patrícia dos Santos Lages Prata Lima | Psicóloga CRP 08/10208 | NATE/ CAEx | Ministério Público do Estado do Paraná



Onde queremos chegar? ATENÇÃO

Atenção:
1 Concentração da atividade mental em determinada pessoa ou coisa.
2 Manifestação de afeto, gentileza ou respeito; amabilidade.
3 Ação ou efeito de cuidar de alguém ou de algo; cuidado, zelo.
4 Apreciação cuidadosa; exame minucioso.
(fonte: michaelis.uol.com.br)

Uma violência velada. É assim que comumente se caracteriza o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Diversos fatores concorrem para que esse triste fenômeno permaneça ocultado do dia a dia da vida em sociedade. Trata-se de uma violência que ocorre, na maior parte das vezes, entre quatro paredes, sem testemunhas e, comumente, não deixa marcas físicas visíveis. É uma realidade que só se revela verdadeiramente para aquele que aceita enxergá-la; e isso não é uma atitude fácil de se encontrar.

Falar em atenção no âmbito do enfrentamento à violência sexual requer um posicionamento de abertura, disponibilidade e interesse por parte daquele que se propõe a atender alguém envolvido na situação. Porém, essa vontade – apesar de fundamental – não é suficiente. O atendimento em contextos de violência dessa natureza exige dos profissionais conhecimentos e técnicas específicas que garantam o melhor tratamento de todos os que sofrem com a situação. Além disso, a complexidade do fenômeno exige a confluência de diversas áreas profissionais, evitando assim o reducionismo das compreensões – bem como das ações – a apenas um aspecto do problema.

O presente Plano local, em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, apresenta duas propostas de ações que buscam cumprir o objetivo traçado no documento de 2013 no que se refere ao eixo Atenção, qual seja: "garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, cultura, orientação sexual, etc."

É inegável que grandes esforços já foram e continuam sendo empreendidos nesse sentido; porém, estes ainda se concentram prioritariamente em fases pré denúncia e em torno da revelação dos fatos, havendo uma fragilidade no que se refere à continuidade desse atendimento. Em decorrência dessa constatação por parte do coletivo LIGA – Boqueirão, as ações propostas neste eixo do Plano visam aprimorar o atendimento a pessoas em situação de violência sexual desde as primeiras suspeitas

até o âmbito do tratamento das vítimas, familiares e autores de agressão. Uma atuação efetiva nesse sentido requer uma compreensão profunda a respeito dos fluxos de atendimento em funcionamento na localidade em questão, no intuito de identificar possíveis lacunas e, por conseguinte, viabilizar soluções sustentáveis e coerentes com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais de todos os setores das políticas públicas responsáveis.

Buscamos, portanto, por meio dessas ações, efetivar uma atenção em todos os seus sentidos: de concentração; de minúcia; de afeto; de respeito; e, principalmente, de cuidado. A conjunção desses aspectos como balizadores do trabalho articulado dos atores envolvidos nesse atentar-se ao outro é o que garantirá a possibilidade de transformação de uma ferida aberta em uma cicatriz da vida. De uma violência velada para uma existência ressignificada.

Vale ressaltar que o atendimento terapêutico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual requer dos profissionais e serviços cuidados específicos. São alguns deles:

1. Profissionais especializados

O atendimento de vítimas e famílias em situação de violência sexual demanda dos profissionais uma formação específica e supervisão continuada, devido à complexidade do fenômeno e à mobilização psíquica que o tema suscita em todos os envolvidos no trabalho.

2. Abordagem sistêmica e familiar

A abordagem de uma situação de violência sexual intrafamiliar deve ser também orientada para as famílias, levando-se em conta os vínculos reais das crianças tanto com os membros protetores quanto com os abusadores. Ainda que nocivos, esses vínculos existem e não podem de forma alguma ser negados, atitude que não apenas coloca em risco a eficácia do tratamento, mas também aumenta a probabilidade de continuidade da relação abusiva.

3. Atenção às mães (ou outro adulto protetor) das vítimas

Pesquisas demonstram que as mães costumam ser a primeira pessoa a quem as vítimas – crianças e adolescentes – recorrem para revelar a violência. A reação dessas mães diante da revelação é apontada por estudos recentes como decisiva para um melhor ou pior prognóstico da saúde psíquica da criança/adolescente. Um trabalho focado na relação entre mãe e criança é tanto terapêutico quanto preventivo.

4. Tempo do tratamento

Diversos fatores concorrem para a gravidade do dano psíquico resultante de uma violência sexual (duração, idade de início, grau de segredo, familiaridade com o agressor, existência de figuras protetoras). Os impactos subjetivos desse tipo de violência costumam ser profundos e de difícil manejo. É comum que o tempo de tratamento seja longo, sendo que, não raro, o sujeito necessita retomar a terapia em diferentes momentos da vida.

5. Articulação entre profissionais que realizam o tratamento e as equipes do sistema de garantia de direitos

A eficácia dos tratamentos depende da qualidade da cooperação entre as agências legais, serviços de proteção e terapeutas. É fundamental que os trabalhos de proteção e os terapêuticos sejam complementares, e que os profissionais responsáveis pelas duas vertentes não percebam suas tarefas como antagônicas ou mutuamente exclusivas.

6. Atenção ao autor da violência

A responsabilização legal do autor da violência não deve ser o único recurso de abordagem desse indivíduo. Se nosso objetivo é efetivamente romper ciclos de violência e transformar nossa cultura como propiciadora de violência, é imprescindível que, assim como as vítimas, também os autores da violência sejam olhados e escutados como pessoas inseridas nessa mesma cultura, com suas histórias e vicissitudes influenciando seus atos.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes apresenta o eixo de Estudos e Pesquisas, estabelecendo que “os indicadores deste eixo precisam inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitati-

vos e qualitativos da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes no território nacional, com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos pelos documentos internacionais e na legislação nacional, bem como a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros."

A LIGA do Boqueirão como grupo de trabalho pretende a partir de utilização de instrumentos técnicos-científicos desenvolver estudos sobre o fenômeno da violência sexual contra criança e o adolescente, levando em conta as especificidades do território abrangido: Hauer, Boqueirão, Alto Boqueirão e Xaxim.

Quando o plano menciona inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitativos e qualitativos, imediatamente nossa curiosidade é aguçada em dois sentidos: a) para a existência de dados sistematizados quantificando a incidência de violência sexual na nossa área de abrangência – numa abordagem quantitativa, e, b) a necessidade de compilar resultados de pesquisa científica sobre o tema para que possamos entender o fenômeno da violência sexual – numa abordagem qualitativa.

Importante ressaltar que toda pesquisa começa a partir de uma questão problema, o desejo de conhecer sobre ela é que move o pesquisador.

Dentro desse processo de apropriação do conhecimento existente, um primeiro passo consiste em fazer a pesquisa bibliográfica sobre o material já publicado sobre o assunto. Essa etapa é um momento de identificação subjetiva entre o sujeito que busca equalizar o conhecimento com outros pesquisadores que já possuem um percurso sobre a questão.

Outra fase importante é a disseminação do conhecimento adquirido com outros membros do grupo de trabalho, ampliando-se a discussão dentro do território de abrangência, favorecendo o compartilhamento da informação com quem for de interesse.

Seguindo essa lógica, o grupo refletirá sobre a problemática avaliando a possibilidade de aplicação do conhecimento adquirido, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa que surjam a partir dessa nova prática, que estaria amparada

por uma fundamentação teórica coerente com o fenômeno em questão.

Enfim num horizonte viável, o objetivo é se manter um contínuo na produção de trabalhos científicos que apresentem a realidade local e que favoreçam a implantação de políticas públicas que reduzam de forma efetiva a incidência do fenômeno de violência sexual contra crianças e adolescentes no território do Boqueirão.

Para o reconhecimento junto à comunidade científica a LIGA estabelecerá parceria com IES-Instituições de Ensino Superior, para submissão dos projetos de pesquisa a serem desenvolvidos obedecendo os critérios éticos e técnico-científicos.

AÇÃO 3.1 Elaboração de proposta para implantação do núcleo de gerenciamento de casos de violência sexual na rede de proteção do Boqueirão

3.1.1 Objetivo

Estruturar um núcleo multiprofissional de gerenciamento de casos de violência sexual no território do Boqueirão, estabelecendo mecanismos de informação, referência, contratransferência e monitoramento. Objetiva-se, de forma específica: (i) concentrar o recebimento das notícias criminais e das notificações obrigatórias de violência sexual infantojuvenis ocorridas no território da regional do Boqueirão, enviadas pelo Nucria e pela Rede de Proteção, respectivamente; , (ii) proceder a sua análise, de forma casuística (análise do caso concreto) e epidemiológica (análise coletiva de dados), (iii) organizar, realizar e monitorar todos os encaminhamentos que se fizerem necessários para as crianças, adolescentes e/ou familiares, seja no âmbito jurídico, assistencial ou sanitário.

3.1.2 Gestores da ação

Ariadne Poplade Pereira Alcântara – GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/FAS/BOQUEIRÃO

Claudia Rossetin - NAP/TJPR

Débora Cristina Larcher de Carvalho – CREAS BOQUEIRÃO

Jeanine Bertogna – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/DISTRITO SANITÁRIO BOQUEIRÃO

Leandro José Müller – NAP/TJPR

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão

Patrícia dos Santos Lages Prata Lima – MPPR/CAEx/NATE

3.1.3 Resultados esperados

Padronização de procedimentos para os casos de violência sexual infantojuvenil ocorridas no território do Boqueirão.

Estruturação de um órgão colegiado o qual se responsabilizará pelo(a): (i) análise de todos os casos de violência sexual; (ii) encaminhamento para realização de escuta especializada da vítima e/ou familiares, quando pertinente; (iii) gerenciamento das informações e relatórios produzidos pelo serviço/agente que vier a realizar a escuta especializada (iv) planejamento, o encaminhamento e monitoramento de todos os atendimentos que se fizerem necessários, tanto para as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual quanto para os seus familiares e, também, possíveis agressores, seja no âmbito do sistema de garantia de direitos da Infância e Juventude do território da regional do Boqueirão.

Análise continuada do fenômeno da violência sexual sob a perspectiva epidemiológica dentro de um espaço territorial delimitado, com vistas a identificação da evolução ou involução do fenômeno, fatores de riscos e de proteção.

3.1.4 Produtos esperados

- Núcleo de gerenciamento de casos de violência sexual implantado.

- Elaboração de fluxo de gerenciamento dos casos de violência sexual infantojuvenil.

- Identificação do perfil epidemiológico da violência sexual infantojuvenil no território da regional do Boqueirão.

3.1.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Composição do Núcleo de Gerenciamento de Casos

- Identificação dos profissionais/serviços de referência para a composição do núcleo especializado
- Formalização da criação do Núcleo de Gerenciamento de Casos, com a ela-

boração de atos constitutito e regimento.

MACROETAPA 2 – Funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Casos

- Elaboração de protocolo para atendimento dos casos noticiados de violência sexual infantojuvenil ocorridas no território do Boqueirão;
- Elaboração de protocolo para realização de escuta especializada.
- Elaboração de procedimentos e documentos padrões a serem utilizados pelo Núcleo de Gestão

MACROETAPA 3 – Divulgação da criação e funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Casos

- Divulgar a criação e forma de funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Casos perante a Rede de Proteção e demais serviços e agentes públicos que se fizerem necessário.

3.1.6 Parceiros

- Conselho Tutelar
- Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescentes - NUCRIA
- Vara de Infração Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos
- Delegacia do Adolescentes – DA
- Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei
- Associação Fênix

AÇÃO 3.2 Formar comissão de monitoramento da implantação da Lei 13.431 de 4 de abril de 2017

3.2.1 Objetivo

Monitorar as discussões oficiais, em âmbitos municipal e estadual, acerca da implantação da Lei 13.431/17, em especial no que se refere aos fluxos e protocolos envolvendo a escuta especializada e o depoimento especial.

3.2.2 Ação Conexa

AÇÃO 3.1. Implantar núcleo de gerenciamento de casos de violência sexual

3.2.3 Gestores da ação

Cláudia Regina Ferreira Silveira Rossetin – NAP/TJPR

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro – Promotoria de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão

Mariana Araújo Levoratto – Defensoria Pública do Estado do Paraná

Patricia Rodrigues Mendes – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão

Patrícia dos Santos Lages Prata Lima – Centro de Apoio Técnico à Execução - CAEx/MPPR

Sérgio Artur Ferreira Filho – PSICÓLOGO/NUCRIA

3.2.4 Resultados esperados

- Comissão qualificada para subsidiar com informações sobre aplicação da Lei 13.431/17 as demais ações do plano e demais grupos de trabalho da Liga Boqueirão

3.2.5 Produto esperado

- Comissão, composta por integrantes dos órgãos do Sistema de Justiça – Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública

- Relatório resultante do trabalho da comissão

3.2.6 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Criação da Comissão

- Definição dos participantes
- Ato de criação da comissão

MACROETAPA 2 – Planejamento das atividades

- Definição da dinâmica de trabalho
- Estabelecimento de locais dos encontros e cronogramas
- Definição de atribuições e conteúdos a serem tratados
- Elaboração e aprovação do Plano de Trabalho

MACROETAPA 3 – Execução do Plano de Trabalho

- Lançamento do Plano de Trabalho
- Reuniões entre os participantes
- Organização das informações
- Elaboração de relatórios
- Devolutivas parciais aos grupos de trabalho da Liga Boqueirão e subgrupos interessados
- Apresentação do relatório final dos trabalhos da Comissão

AÇÃO 3.3. Mapear pesquisas acadêmicas e pesquisadores na área

3.3.1 Objetivo

Mapear a produção acadêmica e os pesquisadores na área.

3.3.2 Ação Conexa

AÇÃO 1.4. Realizar ciclo de palestras com pesquisadores de referência na área

3.3.3 Gestores da ação

Cláudia Rossetin - NAP/TJPR/BOQUEIRÃO

Samara Feitosa - FÓRUM DAS COMUNIDADES . UFPR

3.3.4 Resultados esperados

- Contato facilitado com pesquisadores de referência na área de violência sexual contra crianças e adolescentes para participação em encontros, eventos e demais ações promovidas pela LIGA Boqueirão.

- Identificação e avaliação da situação da pesquisa acadêmica na área de violência sexual contra crianças e adolescentes

3.3.5 Produto esperado

- Base de dados com:

  - pós-graduações em IES de Curitiba que possuam produção acadêmica na área da violência sexual contra crianças e adolescentes;

  - contato dos profissionais de diversas áreas que atuam/pesquisam temas na área de interesse do grupo;

  - pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes

3.3.6 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Planejamento da Base de Dados

- Definição das variáveis a serem levantadas
- Definição das formas e locais de coleta dos dados
- Definição de como os dados serão registrados
- Distribuição dos trabalhos à equipe que realizará o levantamento

MACROETAPA 2 – Formação do banco de dados

- Levantamento das pós-graduações em IES de Curitiba que possuam pesquisa acadêmica na área da violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Identificação e cadastro no banco de dados de trabalhos acadêmicos de relevância sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes;

- Identificação e cadastro no banco de dados sobre pesquisadores de referência na área

- Disponibilização do banco de dados no *site* da Liga do Boqueirão

3.3.7 Parceiros

- MPPR/CAEx-NATE

AÇÃO 3.4. Promover a sensibilização e a qualificação de profissionais da rede de proteção para a revelação espontânea

3.4.1 Objetivo

Qualificar profissionais da rede de proteção e a comunidade para a revelação espontânea.

3.4..2 Gestores da ação

Claudia Rossetin - NAP/TJPR

Patricia S. Lages Prata Lima – MPPR/CAEx/NATE

Tamires Cristina Vígolo – MPPR/CAEx/NATE

3.4..3 Ação Conexa

AÇÃO 2.1. Formar e capacitar profissionais da educação

3.4.4 Resultados esperados

Profissionais da rede de proteção e comunidade sensibilizados e qualificados para a revelação espontânea

3.4.5 Produto esperado

Curso sobre o tema da revelação espontânea de crianças e adolescentes sobre violência sexual.

3.4.6 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Planejamento da qualificação

- Reunião com representantes dos órgãos gestores de assistência social na regional do Boqueirão e do Conselho Tutelares
- Revisão e adaptação do material produzido na Ação 2.1

- Definição de cronogramas e locais da qualificação

MACROETAPA 2 – Realização da qualificação

- Convite aos profissionais da rede de proteção social para realização da qualificação
- Realização do curso
- Avaliação do curso

3.4.7 Parceiros

- CEAF/ MPPR
- Fundação de Ação Social/Gerência Regional
- Secretaria Municipal de Saúde/Regional Boqueirão
- Secretaria Municipal e Estadual de Educação

AÇÃO 3.5 Mapear as áreas de prostituição na regional do Boqueirão

3.5.1 Objetivo

Mapear locais de ocorrência de prostituição de crianças e adolescentes na região do Boqueirão

3.5.2 Gestor da ação

Ricardo Alexandre Dias - Administrador Regional do Boqueirão.

3.5.3 Resultados esperados

- Agentes públicos responsáveis pela elaboração e execução de Planos de Enfrentamento de Violência Sexual informados sobre os locais de ocorrência de prostituição

3.5.4 Produto esperado

- Mapa com áreas de prostituição de crianças e adolescentes na regional do Boqueirão

3.5.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – **Planejamento da coleta de informações**

- Definição da forma de coleta das informações, dados a serem identificados, forma de registro, cronograma de coleta de dados
- Identificação dos atores que participarão do levantamento
- Mobilização de agentes públicos para identificação de pontos de prostituição no território

MACROETAPA 2 – Mapeamento dos pontos de prostituição

- Reconhecimento do território do Boqueirão visando a identificação dos locais utilizados para o exercício de prostituição
- Caracterização da forma de prostituição exercida nesses espaços públicos, com identificação dos horários em que ela ocorre
- Registro das informações conforme definido na Macroetapa 1
- Relatório final com o mapa da prostituição

EIXO 04



Responsabilização

Eixo 04 - Responsabilização

Patrícia Rodrigues Mendes | Defensora Pública | Defensoria Pública do Estado do Paraná | Boqueirão



Onde queremos chegar? RESPONSABILIZAÇÃO

Elaborar ações concretas para o eixo “responsabilização” exigiu um especial cuidado do grupo, na medida em que a apuração de delitos desta espécie é feita por Delegacia, Vara e Promotoria de Justiça especializados em crimes contra crianças e adolescentes.

Tomou-se como fio condutor das discussões o disposto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. No eixo defesa e responsabilização, prevê-se como objetivos “atualizar o marco normativo sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e res-

ponsabilização qualificados".

A Lei nº13.431/2017 também norteou os debates. A Lei em questão, sancionada em 04/04/2017, "estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência".

No Fórum Descentralizado do Boqueirão, contudo, tem-se como atribuição do Sistema de Justiça atuar apenas no aspecto protetivo das demandas de infância e juventude. A tomada de medidas para apuração de crimes, que teria como objetivo combater a impunidade e possibilidade de responsabilização dos acusados, fica a cargo exclusivo da Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos.

Da mesma forma como ocorrido nos demais eixos, os integrantes do grupo realizaram esforços para compreensão a respeito de quem seria a atribuição para responsabilização de agressores, e de qual seria o papel daqueles que atuam na Regional do Boqueirão para que a responsabilização pudesse ocorrer de forma mais efetiva.

Assim, a partir de tais parâmetros, os debates focaram-se no estudo e aprimoramento de fluxos que permitissem: a) evitar a revitimização e a violência institucional; b) qualificação da rede para realização de escuta especializada; c) atendimento, por meio de medida protetiva, de autores de atos infracionais relacionados à violência sexual, com vistas a evitar novas práticas infracionais desta espécie; d) utilização dos sistemas e recursos já disponíveis na rede, como SIPIA (sistema utilizado pelo Conselho Tutelar) e Disque 100.

AÇÃO 4.1. Sensibilizar e capacitar conselheiros tutelares para a atuação em casos de denúncias ou suspeitas de violência sexual na regional do Boqueirão

4.1.1 Objetivo

Sensibilizar e qualificar os Membros do Conselho Tutelar da Regional do Boqueirão no tratamento de denúncias que envolvam violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.1.2 Gestores da ação

Ana Caroline Teixeira – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro- Promotor de Justiça do Foro Descentralizado do Boqueirão

Mariana Araujo Levoratto – Psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) de Curitiba

Patricia Rodrigues Mendes – Defensora Pública da Sede Descentralizada do Boqueirão

4.1.3 Resultados esperados

- Membros do Conselho Tutelar da Regional do Boqueirão sensibilizados e qualificados para o enfrentamento de denúncias e casos de violência sexual contra crianças e adolescentes do Boqueirão

4.1.4 Produto esperado

- Curso de qualificação sobre a temática de enfrentamento de violência sexual contra crianças e adolescentes, notadamente sobre apuração de denúncias e abordagem das supostas vítimas.

4.1.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Planejamento das ações de qualificação

- Definição de cronograma, participantes, locais, carga horária e atividades a serem desenvolvidas
- Preparação dos módulos
- Produção dos materiais necessários

MACROETAPA 2 – Curso presencial

- Convocação dos Membros do Conselho Tutelar da Regional Boqueirão para participação nos cursos
- Realização do curso de acordo com o plano de trabalho estabelecido
- Avaliação do curso e verificação da viabilidade de expansão

4.1.6 Parceiros

- Centro de Apoio Técnico à Execução – CAEx / MPPR
- Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAM / Defensoria Pública do Paraná
- Conselho Tutelar/Boqueirão

AÇÃO 4.2 Articular a integração das plataformas dos sistemas de informação do TJPR e MPPR

4.2.1 Objetivo

Articular ações voltadas a viabilizar o compartilhamento de informações processuais existentes nas plataformas PRO-MP e PRO-JUDI quando se trate de casos de violência sexual praticado no território do Boqueirão.

4.2.2 Gestores da ação

Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro / Promotor de Justiça / Boqueirão

Fábio Ribeiro Brandão / Juiz de Direito / 1ª Vara da Infância e Juventude de Curitiba

4.2.3 Resultados esperados

- Integração dos fluxos processuais no Sistema de Justiça

4.2.4 Produto esperado

- Proposta de integração dos fluxos processuais do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que envolvam violência sexual contra crianças e adolescentes

4.2.5 Macroetapas

MACROETAPA 1 – Alinhamento dos trabalhos

- Definição dos participantes e atribuições
- Articulação com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
- Reunião de discussão dos trabalhos a serem realizados
- Elaboração de Plano de Trabalho

MACROETAPA 2 – Mapeamento dos fluxos processuais atuais

- Análise da situação atual dos fluxos de informações processuais existentes nas plataformas PRO-MP e PROJUDI
- Identificação das dificuldades/ barreiras do fluxo atual

MACROETAPA 3 – Proposta de integração dos fluxos processuais

- Elaboração de proposta de integração dos fluxos de informações processuais, a partir da análise realizada na macroetapa 2
- Apresentação e validação da proposta para os participantes envolvidos e para a Liga Boqueirão

MACROETAPA 4 – Articulação com os órgãos administrativos responsáveis pela implantação de fluxo integrado de sistema processual

- Articulação com os órgãos administrativos do Ministério Público do Estado do Paraná e do Tribunal de Justiça do Paraná responsáveis pelos sistemas informatizados dos fluxos processuais das plataformas PRO-MP e PROJUDI
- Apresentação da Proposta de integração dos fluxos
- Demonstração da análise de viabilidade

4.2.6 Parceiros

- Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
- MPPR – SUBPLAN

SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES

A gestão do plano tem como propósito subsidiar os gestores de cada ação com informações a respeito da operação e alcance dos resultados por meio de um painel simples de indicadores.

Para monitoramento das ações, registro dos resultados e recondução de estratégias quando necessária, foi constituído um NÚCLEO GESTOR DA LIGA que deve atualizar este quadro de resultados.

O núcleo é composto por 7 integrantes:

- 01 representante do Ministério Público – Promotoria de Justiça do Boqueirão;
- 01 representante da Vara Descentralizada do Boqueirão;
- 01 representante da Defensoria Pública - regional Boqueirão;
- 01 coordenador do Eixo 01;
- 01 coordenador do Eixo 02;
- 01 coordenador do Eixo 03; e
- 01 coordenador do Eixo 04.

Para cada ciclo anual será definida uma coordenação executiva, assumida por um dos integrantes do Núcleo Gestor da LIGA. Para o ciclo 2018/2019 a Promotoria de Justiça do Boqueirão assumiu esta função.

A agenda do plano conta com reuniões mensais da LIGA, que contemplam momento de construção coletiva do conhecimento e diálogo sobre as ações em curso. Para o presente ciclo, as reuniões do NÚCLEO GESTOR estão programadas para ocorrer na mesma data das reuniões mensais da LIGA. O fechamento do ciclo com a avaliação dos resultados deve ocorrer em maio de 2019, durante a CONBOQ 2019 – Conferência Regional do Boqueirão a exemplo do evento realizado em 2018.

Coordenação

Ministério Público do Estado do Paraná
Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro - Promotor de Justiça

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Patrícia Rodrigues Mendes - Defensora Pública
Ana Caroline Teixeira - Defensora Pública

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Fábio Ribeiro Brandão - Juiz de Direito
Giani Maria Moreschi - Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Defensoria Pública do Estado do Paraná

Ministério Público do Estado do Paraná